



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE PORTO NACIONAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS**

Cinara Teodoro Maia

**ESCOLHAS LEXICAIS NA COMPOSIÇÃO DA OBRA RIO TURUNA, DE ELI
BRASILIENSE**

Porto Nacional-TO
2021



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE PORTO NACIONAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS**

Cinara Teodoro Maia

**ESCOLHAS LEXICAIS NA COMPOSIÇÃO DA OBRA RIO TURUNA, DE ELI
BRASILIENSE**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Tocantins, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestra em Letras, sob a orientação do Prof. Dr. Daniel Marra da Silva.

Porto Nacional-TO
2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

M217e Maia, Cinara Teodoro.

Escolhas Lexicais na Composição da Obra Rio Turuna, de Eli Brasiense. / Cinara Teodoro Maia. – Porto Nacional, TO, 2021

70 f.

Dissertação (Mestrado Acadêmico) - Universidade Federal do Tocantins

– Câmpus Universitário de Porto Nacional - Curso de Pós-Graduação (Mestrado) em Letras, 2021.

Orientador: Daniel Marra Da Silva

1. Eli Brasiense. 2. Turuna. 3. Semântica. 4. Metáfora e Metonímia. I.
Título

CDD 469

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

**ESCOLHAS LEXICAIS NA COMPOSIÇÃO DA OBRA RIO TURUNA,
DE ELI BRASILIENSE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras, avaliada para obtenção do título de Mestra em Letras, aprovada pelo Orientador e pela Banca Examinadora.

Data da aprovação: 17/05/2021.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Daniel Marra da Silva (Orientador, UFT/ Porto Nacional)

Prof.^a Dr.^a Greize Alves da Silva (Membro interno – UFT/Porto Nacional)

Prof. Dr. Sebastião Elias Milani (Membro externo – UFG/Goiânia - GO)

AGRADECIMENTOS

A arte nunca é terminada, é apenas abandonada.

(LEONARDO DA VINCI)

Há um momento no desenvolver da obra em que o autor olha para aquilo tudo e já não sabe mais aonde quer chegar. Aparecem outras nuances, infinitas percepções em outras tantas dimensões. O sentimento que define o momento é de total impotência diante de tamanha infinitude. Quanto mais se busca, mais se encontra. Então, eis a hora de parar. Quem sabe um dia o criador tomará para si novamente em seus braços a criação e dará sequência sob as novas perspectivas e os novos olhares que agora se lhe apresentam!

Agradeço a todos que, amorosamente, me acolheram e me acompanharam durante o processo de intensa pesquisa e de busca pelo conhecimento. Entre eles, destaco os professores da turma de mestrado em Letras/Linguística de 2018 (semestre II), a professora doutora Greize Silva (Dialetologia), o professor doutor Thiago Soares (Análise do Discurso) e a professora doutora Kátia Maia (curso de História), pelo incentivo e pelas orientações iniciais (pré-projeto). Agradeço também a companhia e o apoio dos colegas Richardson e Carla, que se tornaram queridos amigos. Em especial agradeço ao meu esposo Daniel Mizumoto, pelo apoio incondicional e pelo incentivo desde o início desse percurso, bem como à minha cunhada Ágatha, que vibrou e acompanhou cada passo dado aqui.

Faço um parágrafo especial de dedicação deste texto à minha mãe e às minhas filhas amadas, Marina e Milena; ao meu pai, minha dindinha Teresinha, avôs e avós, enfim a toda minha ancestralidade (*in memoriam*), sem os quais eu não seria nada.

Ao meu querido orientador, professor Dr. Daniel Marra da Silva, dedico este texto dissertativo, sem palavras que definam toda minha gratidão. A esse professor que me orientou com a generosidade que somente um grande mestre sabe demonstrar; a ele que me disse um dia, “calma, é assim mesmo, você nunca se dará por satisfeita, toda obra de arte é infinita”, toda minha gratidão.

Agradeço também ao professor doutor Sebastião Elias Milani e à professora doutora Greize Alves da Silva, pelas valorosas contribuições a este texto durante a fase de qualificação e também por aceitarem a composição da banca de defesa desta dissertação.

Por fim, e mais importante, agradeço a Deus, a suprema inteligência, que amorosamente me concedeu o dom da escrita, dedico este texto, fruto da minha intensa concentração intelectual e dedicação, e assim agradeço, agradeço, agradeço e sigo grata por toda minha vida.

RESUMO

Analisam-se, nesta dissertação, unidades lexicais e expressões lexicalizadas identificadas na obra *Rio Turuna* (1964), de Eli Brasiense, que recobrem os sentidos da palavra “Turuna”. Evidencia-se o modo como o autor compõe sua narrativa por meio de uma criteriosa seleção lexical que busca dar conta dos entornos significativos que envolvem o ambiente e os personagens da obra. Além disso, mostra-se como a metáfora e a metonímia são abundantes e operantes no processo de criação lexical. A análise pretende averiguar como os sentidos dos vocábulos sob análise foram criados e se estabeleceram por meio de processos metafóricos e como o uso dessas unidades lexicais contribui para a finalidade da composição literária, do estilo e do conceito apresentados. Mostra-se, também, que tanto a criação de um item lexical, as novas formações (neologismos) e as expressões idiomáticas, quanto suas variações de sentido envolvem objetivos pragmáticos, como a necessidade de expressões de novos sentidos relacionados às realidades identificadas no mundo empírico. Situa-se a análise da obra em seu contexto histórico e geográfico: a região conhecida como norte de Goiás, hoje, estado do Tocantins. Com isso, objetiva-se, por fim, destacar a riqueza léxico-semântica da língua portuguesa, no contexto dessa trama brasileira, a partir de seu recorte regional.

Palavras-chave: Eli Brasiense. Turuna. Léxico. Semântica. Metáfora. Metonímia.

ABSTRACT

In this dissertation, we analyze lexical units and lexicalized expressions identified in the work *Rio Turuna* (1964), by Eli Brasiliense, which cover the meanings of the word *Turuna*. It highlights the way in which the author composes his narrative through a careful lexical selection that seeks to account for the significant surroundings that involve the environment and the characters of the book. In addition, it shows how metaphor and metonymy are abundant and operative in lexical creation process. The analysis intends to ascertain how the meanings of the words under analysis were created and established through metaphorical processes and how the use of these lexical units contributes to the purpose of the literary composition, style and concept presented. Finally, it is shown that both the creation of a lexical item, new formations (neologisms) and idiomatic expressions, and its variations of meaning involve pragmatic objectives, such as the need for expressions of new meanings related to the realities identified in the empirical world. The analysis is located within its historical and geographical context: the region known as northern *Goiás*, today, state of Tocantins. With this, the objective is, finally, to highlight the lexical-semantic richness of the Portuguese language, in the context of this Brazilian plot, from its regional outline.

KEYWORDS: *Eli Brasiliense. Turuna. Lexicon. Semantics. Methaphor. Methominy.*

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 - Termos analisados entre os conceitos e as expressões que definem o rio e os personagens principais na trama.....	54
Quadro 2 - Ficha 1 - Turuna	55
Quadro 3 - Ficha 2 - Macho	55
Quadro 4 - Ficha 3 - Adoidado	56
Quadro 5 - Ficha 4 - Brabeza.....	57
Quadro 6 - Ficha 5 - "Cabra-macho".....	59
Quadro 7 - Ficha 6 - "Poldro brabo".....	60
Quadro 8 - Ficha 7 - "Caboclo forte".....	60
Quadro 9 - Ficha 8 - "Tira-prosa".....	61

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
1.1 Objetivo	12
1.2 Objetivo específico	13
1.3 Metodologia	13
2 ELI BRASILIENSE E <i>RIO TURUNA</i>: A SINGULARIDADE DE UM AUTOR E DE UMA OBRA NO CONTEXTO DA LITERATURA REGIONAL	16
3 O LÉXICO E A LITERATURA	26
3.1 Sobre o léxico, a lexicalização e a gramaticalização	30
3.2 Palavras e expressões lexicais – semântica, polissemia e sentidos conotativos ..	32
3.3 Sentidos conotativos, metáforas e metonímias	34
3.4 Sinonímia	38
3.5 Regionalismos na composição lexical da trama	40
4 ANÁLISE SEMÂNTICO-LEXICAL DA TRAMA	45
4.1 Estrutura composicional e marcas de estilo na produção literária <i>Rio Turuna</i>	45
4.2 Relações de sentido entre a unidade lexical Turuna e o rio Tocantins	49
4.3 A sinonímia nas metáforas: palavras e expressões lexicalizadas na narrativa ..	53
5 CONCLUSÃO	63
REFERÊNCIAS	65

1 INTRODUÇÃO

Toda língua tem uma sede. O povo que a fala pertence a uma raça (ou a certo número de raças), isto é, a um grupo de homens que se destaca de outros grupos por caracteres físicos. Por outro lado, a língua não existe isolada de uma cultura, isto é, de um conjunto socialmente herdado de práticas e crenças que determinam a trama das nossas vidas.

(EDWARD SAPIR)

Entre todas as dimensões da língua, a lexical é aquela que armazena e representa as experiências culturais de cada grupo social. Sapir (1969), na epígrafe acima, refere-se à interação linguística entre os falantes, fundamentada no léxico que lhes é comum e delimitada pelo espaço e pelo tempo. Maria Tereza Biderman (1981, p. 138), por sua vez, apresenta o léxico como o “tesouro vocabular” da língua, visto que ele contém as denominações de todos os conceitos linguísticos e não linguísticos, referentes ao mundo físico e cultural, transcendendo as culturas humanas atuais e do passado. Segundo a autora, “o léxico é o menos linguístico de todos os domínios da linguagem, é, na verdade, uma parte do idioma que se situa entre o linguístico e o extralinguístico” (BIDERMAN, 1981, p. 138).

A língua é um fato social em contínuo movimento, segundo premissa de Ferdinand Saussure ([1016]1974). Esse movimento pode ser compreendido por meio das variações que compõem uma língua em suas diferentes dimensões diatópicas, diastráticas, diafásicas. Segundo Silva (2006), nesse contínuo movimento, a língua amplia seu acervo, ora pela invenção de novos significantes, ora pela (re)significação dos já existentes; sempre atendendo a necessidade do contexto, as palavras são (re)formuladas ou (re)apropriadas. A autora ressalta ainda que tais (re)formulações acontecem de acordo com a necessidade do indivíduo ou da comunidade, dos grupos sociais, culturais e geográficos que se servem das normas regentes da língua, podendo, assim, adaptar significados e significantes de acordo com sua história, época e cultura.

Conforme esclarece Brait (1994/1995), comunidades linguísticas ou sociedades organizadas apresentam, no convívio cotidiano, variações com características locais, em diferentes níveis, quanto às estruturas fonológica, gramatical e lexical. Tais variações, como complementa Isquierdo (2008), podem ainda ser classificadas como diatópicas, quando ocorrem em razão da localização geográfica, como nas regiões fronteiriças interestaduais e interpaíses. Nesse caso, tornam-se objeto de intenso estudo da

Dialetologia, ramo da ciência que se ocupa em estudar e interpretar os acontecimentos linguísticos predominantes em uma dada localidade. A autora esclarece ainda que os estudos de natureza dialetológica buscam também apresentar a influência de diversas culturas, crenças e costumes na história da região.

O léxico é o nível máximo de representação de uma língua pela possibilidade de revelar o que Isquierdo (2008, p. 447) intitula de “condicionantes extralinguísticos”, materializados no vocabulário dos diferentes grupos sociais.

A língua funciona também como forma de identidade de um grupo, já que o vocabulário atualizado por um indivíduo evidencia marcas socioculturais do grupo a que pertence e do espaço geográfico onde reside ou nasceu, uma vez que é fato assente que condicionantes de natureza sócio-histórico-cultural e físico-geográfica podem motivar o surgimento de variedades na manifestação de uma língua (ISQUERDO, 2008, p. 447).

Em Willian Labov (1974), encontra-se respaldo a essa teoria, já que o autor afirma que o perfil do falante interfere no uso da língua em razão das características específicas de cada indivíduo, em termos de sexo, idade, escolaridade, histórico de moradias, bem como pelo convívio com outros grupos linguísticos, pelas experiências profissionais e culturais compartilhadas dentro e fora da comunidade que interferirem no uso da língua.

Entre as possibilidades que o estudo do léxico proporciona, Isquierdo (2008) destaca a importância de sua dimensão regional, ressaltando que se torna excelente subsídio à Lexicologia, uma vez que traz elementos significativos relacionados à história, ao sistema de vida, à visão de mundo dos grupos comunitários, ou seja, ultrapassa os limites da língua, apontando o fato cultural que nela se deixa transparecer.

O fator cultural traz consigo outro elemento de fundamental importância ao estudo da língua, a sua variação, que ocorre durante o seu intenso uso, tanto nos atos de fala quanto na dimensão social. Nesse sentido, Villalva e Silvestre (2014, p. 23) afirmam que “o conhecimento lexical que o falante possui num dado momento pode, pois, não ser idêntico ao de um momento anterior ou posterior: trata-se de um saber cumulativo e, também, degradável”. Por essa razão, em meio à profusão de variações linguísticas, o nível lexical constitui espaço para a análise das mudanças e das variações semânticas.

O léxico brasileiro é rico tanto em palavras lexicais quanto em palavras gramaticais, assim como é abundante em expressões idiomáticas e variações que caracterizam os falares das diferentes regiões do imenso território. Todo esse aparato lexical, uma espécie de inventário da língua, é disponibilizado aos falantes por meio de glossários e dicionários da língua portuguesa brasileira, instrumentos de extremo valor

aos usuários em suas interações cotidianas, ou mesmo em criações tanto científicas quanto literárias.

Inicia-se a análise, nesta dissertação, verificando as variações semânticas da palavra “Turuna” na obra *Rio Turuna*, de Eli Brasiense, que permeiam toda narrativa construída, destacando os processos de transferência de significação por meio das metáforas e das metonímias. Ressaltam-se e analisam-se também as possibilidades de jogos de palavras e expressões idiomáticas utilizadas pelo autor.

A escolha dessa obra literária para análise semântico-lexicográfica deve-se à riqueza, ao tesouro vocabular nela encontrado, à característica regional e à sua importância para a cultura tocantinense.

O romance *Rio Turuna*, que compõe a obra de Brasiense, na etapa definida por Almeida (1985) como “ciclo do Norte ou do Tocantins”, faz um recorte da sociedade goiana, no período compreendido entre as décadas de 1940 e 1960. Essa região do norte goiano, conforme anotações e estudos do Povia (2002, p. 10), em seu *Dicionário tocantinense de termos e expressões afins*, traz, em sua essência, o linguajar tocantinense como variação de outras regiões, uma vez que muito se assemelha ao do Centro-Oeste, “região-mãe”, ao do Nordeste (pela proximidade), tanto quanto à do Norte, à qual pertence o atual estado do Tocantins. Esse linguajar pode ser definido, conforme o aparato conceitual de Câmara Cascudo (1999, p. 21), como “a modificação regional de uma língua, ou ainda, são línguas regionais que apresentam entre si coincidências de traços linguísticos essenciais”.

1.1 Objetivo

O estudo realizado e apresentado nesta dissertação tem por objetivo trazer à tónica dos estudos literários e linguísticos uma obra de um autor genuinamente tocantinense, abordando sua relevância para a cultura local, com foco em sua habilidade criativa por meio da utilização de um léxico de características regionais-rurais.

Para o cumprimento do objetivo apresentado, direciona-se para duas vertentes como base de apoio teórico, tendo em vista a compreensão e a análise do *corpus*, a Lexicografia e a Semântica, com foco na sinonímia e na polissemia dos signos. O *corpus* em questão é uma obra literária de cunho regional-rural, e, por essa razão, o estudo lexicográfico realizou análise comparativa entre os poucos dicionários regionais da língua portuguesa brasileira disponíveis e outros de caráter geral.

O estudo ancora-se na seleção lexical definida pelo autor Eli Brasiliense para a trama apresentada em *Rio Turuna* (1964), mais especificamente nas palavras e nas expressões lexicalizadas, com a finalidade de destacar a riqueza léxico-semântica presente nessa trama.

1.2 Objetivo específico

O foco primordial da análise é apresentar a importância da seleção lexical para a construção de toda trama, desde a intenção de caracterização do gênero literário (pré-definido) pelo autor, passando pelo estilo que pretende imprimir em toda sua obra por meio da estrutura composicional.

Nesse foco, destaca-se a notória relevância dos estudos científicos linguísticos até aqui desenvolvidos e apresentados que respaldam este trabalho em específico, uma vez que o objetivo ora perseguido passa pelo desejo de agregar subsídios a referidos estudos linguísticos na vertente lexical.

1.3 Metodologia

À luz de Coseriu (1992), entende-se que as variações de sentido ocorrem em três níveis estruturais do saber linguístico: designação, significado e sentido. O autor define a designação ou a referência como a relação do ato linguístico com o objeto no mundo extralinguístico (conhecimento das coisas, do mundo). Quanto ao significado, indica como o conteúdo linguístico a forma particular de possibilidades de designação e informa que se relaciona com o saber idiomático, o saber linguístico historicamente dado. Relativamente ao sentido, o autor o concebe como o conteúdo linguístico particular expresso por meio da designação e do significado.

Em termos teóricos, o presente estudo adota as distinções coserianas, uma vez que associa a realidade empírica à forma linguística de designação desse objeto e ao conteúdo semântico dele subtraído. Isso torna possível a análise do termo *Turuna* e a apreensão de suas várias designações e sentidos, dicionarizados ou não, para compreender a estrutura composicional de todo o enredo.

Busca-se também a compreensão dos processos metafóricos e/ou metonímicos bastante utilizados na construção da narrativa literária ora analisada, ressaltando a

importância de explicar o contraste e as semelhanças entre as duas figuras para perceber como acontecem efetivamente na trama.

A análise destaca uma palavra lexical, elemento da língua indígena Tupi: *Turuna*. Essa palavra é um vocábulo que envolve os conceitos sinônimos de força, valentia e coragem, cujos sentidos correlatos se apresentam no texto do romance analisado por meio de metáforas. Em seguida, faz-se uma busca pelo campo semântico da palavra *Turuna*, tendo em vista verificar as variações de sentido que a recobrem nos limites do inventário lexical da trama literária selecionada. Para isso, levantam-se todos os empregos e os sentidos do vocábulo no contexto dado.

A estratégia de apresentação e análise das palavras e das expressões objetos deste estudo ocorre por meio de fichas lexicográficas. A opção pelas fichas se deu pela possibilidade de melhor organização do texto, uma vez que foram selecionadas várias lexias e expressões lexicalizadas cujos significados e usos no texto são explicados detalhadamente.

Cada ficha traz uma palavra selecionada entre as mais utilizadas pelo autor, estrategicamente, referentes ao campo semântico de *turuna*. Em cada ficha, realiza-se a comparação de conceitos, designações e sentidos de cada termo, encontrados no dicionário Houaiss (2003), Dicionário de Língua Portuguesa, de Aurélio Buarque de Holanda (2004), Dicionário do Brasil Central, de Bariani Ortêncio (1983) e Dicionário Tocantinense de Termos e Expressões Afins, de Liberato Costa Pova (2002). Tais dicionários foram selecionados com o intuito de apresentar os conceitos das lexias selecionadas em dicionários de caráter geral da língua padrão e em dicionários de termos regionais.

Antes de apresentar as fichas, a análise traz elementos referentes à construção literária utilizados pelo autor, apontando a seleção lexical que define o estilo da obra e do perfil do próprio escritor. A intenção é apresentar as tantas possibilidades que o tesouro vocabular, como bem define Biderman (1981), disponíveis na língua portuguesa, oferece para a construção de obras literárias de todo gosto e estilo.

Além da introdução e da conclusão, este trabalho está estruturado em três capítulos. O primeiro situa a obra e seu autor no contexto histórico e espacial, apresentando sua importância para a cultura literária local. O segundo apresenta a base teórica consultada para respaldar a análise do *corpus*, que por sua vez é apresentada no terceiro capítulo.

O referencial teórico utilizado ancora-se em autores como Brait (1994/1995), Jakobson (1963), Sapir (1969), Saussure (1974), Dubois *et al.* (2004), Labov (1974), Biderman (1978), Lakoff e Johnson (1980), Coseriu (1992), Isquendo (2008), Fiorin (2014), entre outros tantos estudiosos da linguagem nos domínios específicos da Lexicografia, da Lexicologia, da Semântica e da Sociolinguística. Com isso, espera-se contribuir para os estudos voltados ao fortalecimento, ao resgate e à preservação da cultura linguística regional e, conseqüentemente, à manutenção e ao fortalecimento da língua portuguesa brasileira.

2 ELI BRASILIENSE E *RIO TURUNA*: A SINGULARIDADE DE UM AUTOR E DE UMA OBRA NO CONTEXTO DA LITERATURA REGIONAL

O presente estudo traz à reflexão a riqueza lexical presente em uma obra literária de cunho regionalista. Trata-se de *Rio Turuna*, de Eli Brasiliense, obra lançada em 1964, vencedora do “I Concurso Literário” da Universidade Federal de Goiás.

O autor nasceu em 18 de abril de 1915, na histórica cidade Porto Nacional, pertencente na época à região norte do estado de Goiás. Brasiliense passou sua infância residindo em frente a um casarão tido como mal-assombrado por ele próprio; casarão esse que tinha como vista a Catedral Nossa Senhora das Mercês, principal cartão postal da pequena cidade, além do antigo coreto, situado em frente à catedral, e tudo isso às margens do rio Tocantins. Ainda criança, o autor incubava as histórias que haveria de contar na vida adulta. Sua importância para a cultura literária de sua cidade natal e região é tal que a biblioteca pública municipal recebeu seu nome, sob a alcunha do qual permanece até os dias atuais (ALMEIDA, 1985).

Após viver no interior de Goiás, na cidade de Porto Nacional, o escritor radicou-se em Goiânia, na década de 1950. Alves (1985, p. 34) relata a trajetória literária de Brasiliense situando-o como um “notável romancista”, contemporâneo de grandes escritores do regionalismo modernista, consagrados pela Academia Brasileira de Letras, como Graciliano Ramos, Bernardo Élis, entre outros. Da obra de Brasiliense, os romances *Rio Turuna* (1964), *Uma sombra do fundo do rio* (1977) e *Pium* (1984) são ambientados às ribeiras do rio Tocantins de meados do século XX e são ricos em detalhes da vida do homem do sertão tocantinense.

Segundo Alves (1985), o autor iniciou sua trajetória literária na corrente modernista, em verso, porém abandonou a poesia. Ao lado de Bernardo Élis¹, tornou-se o notável romancista que crescia dia após dia no “neorrealismo”. A autora pontua ainda que Brasiliense apresenta em sua obra um mundo ficcional atado ao universo real, realizando uma mistura instigante em suas tramas, ao mostrar situações e nomes locais verídicos, associados a um alto valor estético e humano.

¹ Bernardo Élis Fleury de Campos Curado foi advogado, professor, poeta, contista e romancista brasileiro. Foi o primeiro e único goiano a entrar para a Academia Brasileira de Letras.

Na obra ora analisada, talvez por ser conterrâneo dos personagens da trama, o autor traz uma história carregada de sentimentalismo pelo rio e pela região², na época isolada do resto do país, centralizada e bem distante das grandes cidades e metrópoles. Assim, o universo ficcional é posto pela onipresença de um rio-personagem, o rio Tocantins, testemunha ocular da trama que em suas ribeiras se passa (ALVES, 1985).

Para melhor compreender a história, contextualizada nas décadas entre 1940 e 1960, é interessante realizar um *tour* pela história local da cidade de Porto Nacional. Aquele período era carregado pela herança do Brasil Colônia, pelas guerras de conquistas territoriais e pela corrida do ouro. Os ataques diversos, guerras e tomadas ocorreram pelo interior de todo país, deixando as marcas de devastações também na região do município que um dia fora somente um arraial, o Arraial de Bom Jesus do Pontal, e que, posteriormente, recebera a alcunha de Porto Real, passando a Porto Imperial, por ocasião da gestão monárquica no país, conforme apontamentos de Godinho (1988).

O autor relata que o julgado de Porto Real passou à categoria de vila, com a denominação de Porto Imperial, por meio da Lei Provincial, de 14 de novembro de 1831, instalada em 24 de abril de 1832. Salienta também que alguns dos principais motivos da promoção de Porto Real a patamar de vila foram “o declínio progressivo da mineração nos aglomerados vizinhos, o desaparecimento de Pontal (vilarejo vizinho) e o incremento da navegação do Tocantins, proporcionadora de ativo comércio com a Praça de Belém do Pará” (GODINHO, 1988, p. 29). Assim, história e ficção se misturam em *Rio Turuna*, uma vez que, nesse espaço literário, o autor conta sua cultura, crenças e memórias, entre os “causos” dos personagens também narradores, testemunhas e coadjuvantes da trama entretida entre ficção e realidade, sobre a vida dos ribeirinhos em seus afazeres na lida diária, sob reflexo da educação e da cultura oriundas dos colonizadores portugueses, bem como das negociatas comerciais envolvendo o ouro e o transporte comercial fluvial.

Sobre essa história, Estevam (1998) e Campos (2003) acrescentam que o povoamento de Goiás, em função da sua grande extensão territorial, deu-se de forma vagarosa e diversificada, e que o surgimento dos primeiros núcleos urbanos foi resultante do advento da mineração durante o século XVIII, ladeando o rio Tocantins. Os limites da capitania de Goiás eram incertos naquele século, e a demarcação de suas fronteiras vinculou-se ao ideal de proteger as jazidas de ouro descobertas. Assim os limites

² A cidade de Porto Nacional, na época, pertencente ao Estado de Goiás, situava-se a 750 km da capital Goiânia (GO), a 745 km de Brasília (DF) e a 1.280 de Belém (PA).

demarcados pelos grandes rios, ao sul da capitania, pelas bacias Paranaíba/Grande e, ao norte, pelas bacias Tocantins/Araguaia, tornaram-se divisas naturais fundamentais, bem como pontos atrativos responsáveis pelo crescimento das populações ribeirinhas.

Porto nasceu no final do século XVIII, sob os auspícios dos bandeirantes portugueses, auxiliados pelo braço escravo da raça africana. O ouro que abundava em profusão nas minas de Carmo e Pontal atraía os aventureiros lusitanos e mamelucos ao centro do País, para enfrentarem as tribos bravias que habitavam os sertões desconhecidos (FERREIRA; FAIMAL; CORREA FILHO, 1958, p. 377).

Sobre o arraial de Porto Real, no entanto, não se encontram apontamentos referentes ao ano exato de seu surgimento, esclarece Dourado (2010). O que se tem, segundo a autora, é o período mencionado nos compêndios do IBGE, datando o século XVIII como período de seu surgimento. Dourado (2010, p. 29) pontua também sobre os objetivos claramente mercantilistas que levaram à divisão, pelo Príncipe Regente D. João V, da referida região da capitania de Goiás em duas comarcas (ouvidorias): a Comarca do Sul e a Comarca do Norte. Nesta última, encontrava-se a de São João das Duas Barras, que abarcava a vila do mesmo nome e os julgados de Porto Real, Natividade, Conceição, Arraias, São Félix, Cavalcante, Flores e Traíras.

Pedreira Neta (2005), em referência a essa história, aponta um ponto instigante quanto à real motivação do intenso crescimento habitacional da região na época da exploração aurífera. Segundo a autora, embora a exploração da mineração fosse uma das principais causas do surgimento dos arraiais em Goiás, no período em questão, “é um equívoco pensar que a história do Tocantins começa com as primeiras incursões dos bandeirantes no final do século XVI, ou que os grupos indígenas que lá viveram antes da chegada do europeu colonizador não tenham importância histórica para a região” (PEDREIRA NETA, 2005, p. 30). Assim, a história em *Rio Turuna* é contada, confirmando a importante presença indígena na região:

Ao alto da barranca de Pôrto Real ficava um possante cruzeiro de aroeira, comemorativo do Centenário da independência. O rio parecia respeitar-lhe o direito de estar ali. [...] o canhão deixado por um alferes não tivera nenhuma utilidade para reconstruir os bagaços do Pontal, já transformado em viveiro de assombrações, de ouro encantado, de histórias que afugentavam os sertanejos crendeiros. [...] o arrasamento da vila de Bom Jesus do Pontal pelos índios enfurecidos e vingativos. Dessa matança haviam sobrado poucas pessoas, apenas para servir de semente para a formação de Pôrto Nacional (BRASILIANSE, 1964, p. 18).

O autor Eli Brasiliense, morador dessa região utilizada como pano de fundo para grande parte dos seus romances e tramas, dividiu sua obra, segundo Alves (1985), em ciclos. Abandonou inicialmente os versos e focou nos romances e nos contos e, ao final

da carreira literária, dedicou-se aos estudos filosóficos. *Rio Turuna* (romance, 1964) está entre as tramas situadas pela autora no ciclo do Norte ou do Tocantins, entre as quais também encontram-se *Pium* (romance, 1940), *Bom Jesus do Pontal* (romance, 1954), *Uma sobra no fundo do rio* (romance, 1971) e *o Irmão da noite* (contos, 1968). Em todas essas obras, que são ambientadas em torno do rio Tocantins, o autor traz as histórias contadas pelo povo, de geração em geração pela tradição oral, como ele mesmo anuncia. Alves (1985) segue relatando que Brasiliense revela a história dessa região norte de Goiás, por meio de sua habilidade e criatividade literária, pela boca de personagens como o velho Simão, em *Rio Turuna*, e o velho Romão em *Pium*, assim:

[...] o pontal véio foi arrasado pelos índios, minino. O restante de gente veio para cá, hoje só tem lá uns alicerce preto com mato pro riba. Esse Pôrto véio já teve três nome: Porto Real, Porto Imperial e agora virou Nacional. Dis que os padre quer botá nome nele mais tarde de Porto da Salvação. Salvá o que? (BRASILIENSE, 1964, p. 56).

Brasiliense conta que

[...] a influência do ouro, como naqueles velhos tempos, atraia grande número de aventureiros para Bom Jesus do Pontal; daí o acervo de lendas que se guarda sobre o lugar longínquo que, depois da famosa destruição, se reconstruiu com o nome de Porto Nacional, hoje grande cidade do norte goiano pelas suas riquezas e tradições históricas e culturais (ALVES, 1985, p. 39).

Voltando aos relatos de Pedreira Neta (2005), lê-se que, na região em questão, sobretudo no Arraial de Porto Real, atual Porto Nacional, não foram exploradas minas de ouro, mas, de fato, ocorreu que o fenômeno da mineração contribuiu determinadamente para o desenvolvimento daquele porto, que desde então já era uma das poucas opções de escoamento de produtos, mantimentos e ouro das minas de Monte do Carmo e Pontal, por meio do rio Tocantins, seguindo para o porto de Belém do Pará, em direção à Europa.

Assim, a trama eliense segue refletindo e refratando tanto histórias supostamente verídicas vivenciadas pelo autor em sua infância, como também os “causos” e casos contados por seus antepassados e conterrâneos de geração a geração. A vida à beira do rio, em razão do rio e por meio dele, segue sendo recontada cheia de ocorridos, dos assustadores aos mais inusitados, como no trecho a seguir:

[...] o rio nessa ocasião já estava aluado pelo efeito das chuvas constantes na região de seus principais afluentes. As balsas, embarcações de um primitivo sem era, tinham uma lerdeza tão grande que obedeciam mais a vontade da correnteza do que força das vogas e dos varejões. Nos rebojos e nos funis, rodavam como corrupios, entotecendo os tripulantes. [...] Eles haviam passado muito bem a cachoeira Careira Comprida, pelo canal do Carmo, maior que o da Rapôsa. Esqueceram-se porém de manobrar a balsa em distância suficiente para que ela encostasse em qualquer pôrto da cidade, já com a Rua da Baixa ameaçada de alagamento. O rio havia mastigado as praias e trepado pelas árvores justafluviais. Com grandes esforços conseguiram apenas passar raspando nos galhos da gigantesca e bonita gameleira do Pôrto Real.

Marcelino atracara-se com um ramo, mas o pêso da balsa e a fôrça com que era arrastada fizeram o frágil apôio partir-se. Ele foi de ponta na água suja e violenta. Poderia ter nadado para a margem, mas não desejava abandonar os companheiros que se esbaforiam nas vogas. Alcançou a embarcação, que ia direta ao travessão do rebojo, a rodopiar, numa espécie de dança de mulher bêbeda. Dessa hora em diante, depois que a noite desceu sôbre o rio, continuaram na bubuia, completamente esgotados, entregues à doidura temporária do Tocantins. Tão cansados estavam que dormiram. Sômente pela madrugada é que ouviram os estrondos da Cachoeira do Funil, onde se espatifariam na certa. Ali dois altos lajedos espremiam a goela do Tocantins, e o rio adoidado bufava e espumava, contorcendo-se em desespero, para livrar-se daquela sufocação sem paradeiro (BRASILIANSE, 1964, p. 44).

Merece destaque também, tendo em vista a necessidade de situar o romance e seu autor no contexto histórico regional, a importância da região retratada por sua dimensão cultural. Porto Nacional e região, desde seus primórdios, são reconhecidos como berço da cultura tocantinense. O desenvolvimento cultural da região, no final do século XIX e início do século XX, deveu-se à sua localização favorável ao trânsito fluvial, conforme expôs Oliveira (2004), bem como à presença de religiosos que ali chegaram, oriundos da França, com objetivos educacionais.

As transações comerciais foram estabelecidas predominantemente com Belém do Pará. Rodrigues (2006, p. 23-24) ressalta a importância da capital do estado do Pará, Belém, que, em 1751, era sede da capitania do Grão-Pará, lembrando que “era um centro de excelência comercial para toda a região central do Brasil. A sua localização, na baía do Guajará, de frente para a Europa, proporcionava ótimas condições para comprar e vender produtos aos povos do velho mundo”.

Em uma perspectiva mais ampla, Rodrigues (2006) destaca que a navegação fluvial dos rios Tocantins e Araguaia foi parte de um projeto econômico com fins de impulsionar a capitania de Goiás para a saída da crise em que se encontrava durante as últimas décadas do século XVIII e início do século XIX.

Acrescenta Oliveira (2004, p. 259) que, como consequência do bom relacionamento comercial com Belém, por meio do rio Tocantins, a região norte de Goiás tomou para si uma importância ímpar, “numa postura de diferenciação demográfica e cultural entre o norte e o centro-sul do estado”, confirmando o conceito de “capital cultural” desde então tomado pela sociedade portuense. Assim, o rio Tocantins, tanto na realidade quanto na ficção, apresenta-se como propulsor e testemunha do inevitável crescimento econômico que ocorreria às suas margens e, em razão disso, também da profusão de acontecimentos em outras dimensões que ali aconteciam.

O rio Tocantins propiciou, além das trocas de mercadorias por meio da navegação, a possibilidade aos portugueses de atualizar informações pelo contato com pessoas de outras regiões, e, em consequência desse fenômeno, aconteceram a partir daí também as trocas culturais tanto com brasileiros como com estrangeiros europeus, via metrópole parceira comercial, Belém. Audrin (1963, *apud* OLIVEIRA, 2004, p. 260) ratifica essas informações quando relata que “os ricos fazendeiros portugueses, os comerciantes, suas mulheres e filhas, sempre trajavam as últimas novidades da Europa e da América”.

A posição estratégica de Porto Imperial, situada à margem do rio Tocantins, proporcionou sua retirada da condição de total isolamento, de maneira que viesse a se tornar um dos principais centros culturais da região norte do Estado de Goiás. As pessoas que se deslocavam para o município, impulsionadas pelo comércio à beira do rio, entravam em contato com uma cultura diversificada, vinda de todas as partes da região norte de Goiás, além da influência social de outras regiões brasileiras e da Europa (DOURADO, 2010, p. 34).

Já no século XX, as décadas compreendidas entre 1940 e 1960 podem ser consideradas como um período de profundas mudanças na região norte do então estado de Goiás, tornando-se inspirações para grande parte da obra de Eli Brasiense. Oliveira (2004) ressalta que, além das mudanças de alguns hábitos cotidianos, ocorreram mudanças, também, na forma de a população “ver o mundo”. Confirmando essa tese, o professor Antônio Luiz Maya³ (2003), mais conhecido como professor Maya, expressava que Porto Nacional tornou-se centro cultural do norte do estado porque tinha o rio. Portanto, a localização estratégica de Porto Nacional, situado à margem do rio Tocantins, proporcionou sua saída do total isolamento, levando-o ao patamar de um dos principais centros culturais da região norte do estado de Goiás.

Na obra de Eli Brasiense, o rio Tocantins é batizado como “Rio Turuna” por retratar histórias de uma sociedade à beira desse grande rio. O jogo lexical estabelecido pelo autor, desde o título da trama, torna o romance adequado a objeto de estudo científico sob a ótica da Lexicografia e da Lexicologia. *Turuna* é um vocábulo de origem tupi que significa “forte”, “bravo”. Assim, o rio e o povo ribeirinho também são retratados com criatividade e desenvoltura literária por seu autor, que apresenta a realidade vivida de forma totalmente simbiótica entre os personagens e o referido rio. Na trama, pode-se constatar que a cultura local, bem como as relações de poder ocorrem de forma imbricadas à forte presença fluvial, como se lê nos trechos abaixo:

Aqui no Pôrto, afirmava ele – quem despachava bote era coronel, quem soltava batelão era major, mas aquele que não tinha canoa, a não ser fazendeiro grande

³ Ex-monsenhor da paróquia da Catedral Nossa Senhora das Mercês, de Porto Nacional e ex-diretor do ginásio estadual local durante a década de 50 e 60.

do seco, não chegava a vintém. Era peixe miudo [...].

Isto era nos bons tempos da Guarda Nacional quanto as altas patentes eram compradas pelos vaidosos mandachovas das cidades do interior. Às margens do Tocantins havia muitos capitães, majores, tenentes-coronéis e coronéis que não sabiam como manejar uma espada, nem fazer continência direito, e cujos filhos eram logo chamados de capitãozinho. A maioria dos postos eram dados de acordo com as embarcações ou fazendas que possuíam (BRASILIANSE, 1964, p. 81).

Do rio também brotam crendices e lendas em geral, que também fazem parte da ficção. Dessa diversidade de histórias, aos poucos, foi-se construindo a identidade linguístico-cultural regional daquela população ribeirinha. As crendices, o folclore, a cultura popular foram transportados para a trama por meio de recursos linguísticos, do léxico escolhido para contar a história aqui analisada.

- Na pedra da Sereia não pesco não, nem amarrado! Sou besta não! Aquilo ali tem encanto que transforma a cabeça da gente!
[...] corpo de gente que morre afogado a gente acha. Tu sabe como? A gente bota uma vela acesa, vela benta, dentro de uma ex-monsenhor da paróquia da Catedral Nossa Senhora das Mercês, de Porto Nacional, e também ex-diretor do ginásio estadual local, durante a década de 50 e uia grande e solta onde a pessoa afundou. Ela dá praqui, dá pracolá, revira e mexe e vai parar direitinho onde tá o cadáver engarranchado, ou boiando no remanso (BRASILIANSE, 1964, p. 18).

E, por fim, o rio serve de inspiração para a formação identitária do ribeirinho, assim como dos personagens da trama, uma vez que, na história contada, nem sempre é possível separar qual é personagem e qual é natureza, pois seguem envolvidos, entranhados um na existência do outro, conforme narrativa do autor. Para atingir tal objetivo, Brasiliense utiliza-se constantemente das metáforas e das metonímias na seleção lexical ao contar fatos e definir personagens:

Este pedaço do rio é todo de mansidão mentirosa, **menino! O Tocantins é rio macho, rio turuna meio amalucado**. Mata caboclo forte só pra dizer que tem mais força. Comigo êle nem pode não (BRASILIANSE, 1964, p. 36, grifos nossos).

O homem da margem do Tocantins havia de ser de aço, cabra capaz de matar onça canguçu com zagaia, de enfrentar sucuri grande como Manoel Bacaba, de retalhar desaforado no facão, que nem seu vizinho Miguel. Era preciso desafiar o rio, montar-lhe no lombo e amansá-lo, como se dominava um poldro chucro. Do contrário seria desmoralizado e jogado para os gerais, onde permaneceria sempre como um extraviado, um cisco atirado pelas enchentes. Transformar-se-ia num catador de abóboras no monturo dos boqueirões. Todos os homens de coragem poderiam cavalgar o Tocantins, que não era propriedade de ninguém, **era estrada livre** até o mar. Isto mesmo, Simão! **O rio turuna era um poldro brabo**, de lombo liso, que chotava nos travessões e disparava nas cachoeiras, bufando e pinoteando, sem freio que o aguentasse (BRASILIANSE, 1964, p. 36, grifos nossos).

O homem forte, nascido e criado ali, mesmo de aparência franzina, navegava o rio brincando, porque se acostumara com sua brabeza desde menino. Alguns

visitantes da cidade, gente mole criada no sêco, acostumada com àguinha de latas, não tinha coragem de chegar no barranco, para olhar a fundura azul do rio (BRASILIENSE, 1964, p. 37).

A trama de *Rio Turuna*, hoje, possui densidade histórica e importância para a cultura tocantinense, uma vez que resgata aspectos culturais e identitários de um povo participante da memória viva dessa região, localizada no centro do país.

Por ocasião do período retratado no romance, sua população jamais imaginaria que, em um futuro bem próximo, passaria por uma divisão espacial geográfica, muito antes planejada e esperada por seus antepassados, de mudanças transformadoras e definitivas: a divisão do estado de Goiás que deu origem ao estado do Tocantins. Nesse sentido, Alves (1985, p. 35) ressalta que esses múltiplos elementos referentes a todo o contexto histórico vivido pelo autor emergem, despontam e realçam na ficção por meio de sua obra, como “língua, linguagem, personagens reais e criadas, quietude e miséria do sertão, topônimos fictícios e reais, usos e costumes dos seus habitantes”.

Eli Brasiliense apresenta em *Rio Turuna* uma temática contemporânea ao modernismo literário, porém opta por enquadrar sua obra no movimento então definido como “Neorrealismo”, cujo viés evoca a “problemática humana”. Adeptos da mesma corrente literária, muitos romancistas nordestinos, como José Lins do Rego, Jorge Amado, Graciliano Ramos, entre tantos outros reconhecidos escritores nacionais, colocaram em destaque por todo o Brasil uma literatura de cunho regionalista⁴ e provocaram o ressurgimento de nuances sociopolíticas e econômico-sociais nas tramas (ALVES, 1985).

Ainda segundo Alves (1985), *Rio Turuna* traz um regionalismo nada convencional, uma vez que não fere as regras gramaticais estabelecidas pela sintaxe portuguesa. O autor desvia da formalidade, porém foge ao uso das palavras exageradamente “matutas”. Busca e oferece o equilíbrio estilístico.

Nesse sentido, a obra oferece bastante material de análise linguística, pois transborda de combinações léxico-semânticas, que lhe conferem uma riqueza ímpar. Conforme Alves (1985), o autor usa brasileirismos⁵, neologismos⁶ regionais compostos

⁴ “A obra literária regionalista tem sido definida como ‘qualquer livro que, intencionalmente ou não, traduza peculiaridades locais’, definição que alguns tentam explicitar enumerando tais peculiaridades (‘costumes, crendices, superstições, modismo’) e vinculando-as a uma área do país” (CHIAPPINI, 1995 *apud* JARDIM; SAMPAIO, GALHARDO, 2019, p. 316).

⁵ Neologismo é um fenômeno linguístico que consiste na criação de uma palavra ou expressão nova, ou na atribuição de um novo sentido a uma palavra já existente (SERRA, 2018).

⁶ Brasileirismo refere-se a palavra, expressão ou construção própria do português do Brasil (ISQUERDO, 2006).

de formações por aglutinações, justaposições, entre outras possibilidades estilísticas, por meio de palavras e expressões populares que expressam pensamentos e sentimentos dos personagens; abusa das figuras de linguagens, como metáforas, metonímias, prosopopeias e onomatopeias, como poucos e, assim, confere à sua obra um estilo próprio.

-Marcelino desceu o tutano nele sem dó. Engraçado é que aquele sujeito tinha fama de valente. **Dis-que** já matou não sei quantos.

-Morada de valente é tapera...

- Sabe que me contaram que Manoel do Funil rapou a cabeça da enteada dele foi por causa de uma latinha de brilhantina que ela tirou da bodega?

- Mas **dis-que** foi por causa de piolho, Raimundo (BRASILIANSE, 1964, p. 34, grifos nossos).

- Eu devia ter ido lá – continuara o homem – e matado aquele corno sem-vergonha. Nem que a gente morresse também atacadado mais êle, trançando a faca, mas pensei na minha gente. Nessa situação de **déu em déu...**

- Já **tou** vingada, pai (BRASILIANSE, 1964, p. 71, grifos nossos).

O autor faz também um misto de ficção e realidade por meio da linguagem usual, supostamente própria da região norte brasileira, personificando seres e objetos inanimados, inserindo termos e denominações reais a pessoas e lugares onde se passa a trama, há quase 100 anos, como nos exemplos a seguir:

A velha Billo, cuja casa ficava na **Rua das Pombinhas**, encomendaria muitos cachos de pitombas, de graça, para enfeitar o presépio humilde, rico da santidade de suas intenções. **Rua das pombinhas** tinha uma banda só, um braço ocupado por casuchas, porque o outro era dominado por um grotão coberto de mato (BRASILIANSE, 1964, p. 14, grifos nossos).

[...] além disso, a cidade continuava no mesmo paradeiro. Havia movimento somente na Rua do Capim e na **Rua do Pau d’Oleo**, chamada pelos rapazes, galhofeiramente, de rua do Pau-não-cessa. Por ali se realizavam cantorias com bailes e sapateados até o sol surgir (BRASILIANSE, 1964, p. 54, grifo nosso).

A meninada estava que nem um cardume de piabas no **Pôrto da Manga**, que era uma espécie de garganta formada por altos lajedos, indo desembocar numa pequena praia, onde se encostavam os barcos menores (BRASILIANSE, 1964, p. 37, grifo nosso).

Brasiliense arrisca e abusa da criatividade linguística dando o tom à sua obra por meio das escolhas e dos jogos lexicais. Alves (1985) põe em destaque a capacidade do referido autor em levar a fala oral para a fala escrita, aproveitando completamente as possibilidades expressivas das palavras em sentidos conotativos.

Pelos aspectos mencionados, a trama representa uma possibilidade de observação e análise das variações semânticas e lexicais ocorridas na língua portuguesa no Brasil e das variantes diacrônicas e diatópicas que refletem o passado da língua e tornam preciosa a possibilidade de delimitação histórico-geográfica das variações ocorridas, como corroboram Marra e Milani (2013, p. 69):

O nível lexical é o lugar por excelência da instauração da variação e da mudança semântica. Logo, é no léxico de uma língua que mais facilmente se pode observar o dinamismo com que as formas linguísticas se alternam, alteram ou caem no ostracismo, mantendo a língua num processo constante de renovação.

Diante disso, este trabalho debruçou-se sobre a obra literária em epígrafe, pois contempla um inventário lexical que reflete aspectos culturais, históricos, sociais e linguísticos. Para a análise, far-se-ão recortes da narrativa, com vistas a evidenciar a forma como o autor apresenta a estrutura composicional, o estilo e a forma da trama, por meio do aparato lexical selecionado e utilizado por ele.

3 SELEÇÃO LEXICAL E LITERATURA

O nome é a essência da coisa, do objeto denominado. Sua exclusão extingue a coisa. Nada pode existir sem nome porque o nome é a substância vital. No plano utilitário as coisas só existem pelo nome.

(CÂMARA CASCUDO, 1999 p. 74)

O famoso diálogo de Platão, encontrado em *O Crátilo*, datado do século III a. C. (PLATÃO, 1973), por meio do qual Hermógenes inquiria Sócrates a respeito da natureza das palavras, apresenta possibilidades de percepção e motivação para a denominação de pessoas e coisas. Referidos filósofos confabulavam e questionavam intensamente a razão de ser das palavras, ao que Sócrates defendeu a existência natural de uma denominação justa para cada um dos seres; porém, acrescentou à discussão que, “embora seja um desejo seu que os nomes correspondam às coisas, não é bem isso o que acontece sempre, pois devemos recorrer também à convenção e ao uso para designar as coisas” (BLINKSTEIN, 1981, p. 27).

O Crátilo é uma obra que questiona o *nome*, sua origem e seu estatuto. O questionamento primeiro dos estudiosos é quanto à base da teoria de Platão, se esta seria convencionalista ou naturalista. Entretanto o que o filósofo aborda no Teeteto (diálogo entre filólogos), por meio da filologia de Sócrates, é o caminho do meio, ou a não opção entre os dois polos; aí mora a essência da teoria platônica. A linguagem é natural não porque seja simplesmente não convencional, ou motivada, segundo a dicotomia saussureana. Ocorre que o que direciona toda a investigação platônica é o *eidetismo*, isto é, a conformidade entre ideias e coisas. O filósofo defende que o nome é instrumento da arte/linguagem. Segundo Platão, a arte opera em razão das ideias, que por sua vez apresentam-se segundo a natureza. Nesse sentido, Neves (2002) assinala que, pela adequação às ideias (êidos), a linguagem é natural, sendo o nome a imitação das ideias. Então, como o nome se define como a imagem, algo que se distingue da coisa, apresenta imperfeições.

O que ocorre, na verdade, esclarece Neves (2002), é que o nome pode ser definido segundo um grau mais alto ou mais baixo na escala de semelhança com a coisa, existindo, pois, nomes nos quais não se encontram todos os traços do respectivo objeto. E, por ser representada a coisa com elementos não totalmente correlatos a ela, admite-se existência de um papel da convenção (*synthèke*) e do uso (*éthos*) na atividade da denominação:

O nome se define pois como imagem (eídolon), como algo que se distingue da coisa, comportando portanto imperfeição. Admite-se, assim, a possibilidade de atribuição inexata do nome à coisa, isto é, admite-se a possibilidade de uma relação falsa no ato de distribuição dos nomes e de sua aplicação às coisas (NEVES, 2002, p. 26).

Crátilo, discípulo de Heráclito, traz ali uma abordagem referente à transitoriedade das coisas, com mais radicalismo. O diálogo, por fim, circunda entre as questões referentes à ideia da justeza natural das palavras e/ou sua existência por convenção. O debate principal do diálogo de Platão em *O Crátilo* é o relativismo entre naturalismo e convencionalismo, uma vez que o signo linguístico é uma junção de som e sentido. Os naturalistas defendem a existência de uma relação entre a forma da palavra e o sentido que ela expressa, a exemplo das onomatopéias.

Em suas considerações, Blinkstein (1981, p. 27) cita Platão afirmando que o nome leva a conhecer a realidade, mas, mais que isso, é um “instrumento discriminatório” (*órganon diakritikón*) desta. O autor, numa retomada ao pensamento de Platão, informa que “a língua é um recorte, uma discriminação, uma análise da *ousía* que pode significar não só a realidade, simplesmente, mas também a substancialidade”. *Ousía* significa, nesse contexto, uma realidade filtrada pela experiência e pela cognição, isto é, apresenta uma realidade conceitualizada e não as coisas reais, esclarece Blinkstein (1981).

O famoso diálogo de Platão, argumenta Montenegro (2007, p. 367), leva à constatação de que os nomes não seriam capazes de exprimir a essência das coisas, o que parece “pôr em xeque a tarefa da filosofia pensada como atividade de busca do conhecimento presidida pelo logos”. Vale acrescentar a esse debate as considerações de Blinkstein (1981, p. 29), segundo o qual, as palavras, em sua dimensão *órganon diakritikón*, termo traduzido do grego como “instrumento apto a discernir”, respondem pela existência do mundo substancializado. Tal ideia traduz-se na lógica de que as coisas sem nome não existem. Segundo o mesmo autor, esse pensamento tem perseguido filósofos, linguistas, antropólogos e escritores, entre tantos outros estudiosos interessados pelo assunto. A esse respeito, o linguista francês J. Vendryes (1979, p. 208) declara que “conhecer as coisas pelo nome é, com efeito, tê-las em seu poder; a ciência das palavras é, pois, uma marca de poder”. Essa perspectiva é complementada pelo pensamento de Saussure (1974, p. 15) quando afirma que o ponto de vista cria o objeto, ou seja, que “os objetos, as coisas, o real enfim passam a existir para nós desde que substancializados ou ‘conceitualizados’”.

Assim, para finalizar a releitura desse instigante diálogo, vale acrescentar que toda a arguição ali apresentada interessa sobremaneira à Linguística e à Semiologia, pois introduz, por meio do debate “naturalismo *versus* convencionalismo” dos signos, via etimologia popular, a percepção do convencionalismo como princípio da arbitrariedade do signo e, portanto, como um princípio básico da linguística moderna.

Os neogramáticos precederam os estudos para o estabelecimento da ciência da linguagem, uma vez que suas concepções trouxeram, como foco das discussões, a defesa das línguas vivas como elemento que se constituiria objeto de investigação linguística, conforme argumentou Saussure (1974, p. 11-12),

[...] graças a eles (os neogramáticos) não se viu mais na língua um organismo que se desenvolve por si, mas um produto do espírito coletivo dos grupos linguísticos. [...] pois a língua não é mais uma entidade e não existe senão nos que a falam.

Nesse contexto, surgem novas teorias que postulam a língua como instituição social dada sua característica convencional. Entre os pensadores contemporâneos dessa perspectiva teórica, destaca-se Willian Dwight Whitney (1827-1894). Seu pensamento representou ponto de virada nos estudos linguísticos pelo fato de contrariar as teorias inatistas, apontando a língua como uma criação humana e como todas as outras instituições, por esse motivo, é passível de mudanças constantes. O ponto alto da teoria do referido autor é a concepção do indivíduo como ator no processo linguístico, no sentido de promover as mudanças na língua. Whitney, porém, alerta para o fato de que essas mudanças não ocorrem consciente e intencionalmente, uma vez que a língua não é posse individual, mas social. O autor postula que qualquer mudança ocorrida na língua é resultante da ação conjunta dos indivíduos (MARRA; MILANI, 2013).

Para Whitney, os falantes de uma língua podem criar novas palavras e vocábulos assim como modificar os já existentes, esclarecem Marra e Milani (2013), porém, é no seio da comunidade que essas formas assumirão os contornos significativos que as caracterizarão; os autores ressaltam ainda que “são os indivíduos que mudam a língua e as ações que a forcem à mudança obedecem a um único princípio: o de estar constantemente se adaptando às circunstâncias e às necessidades de seus usuários” (MARRA; MILANI, 2013, p. 130).

A esse estudo muito importa o aspecto social da língua, as discussões em torno do tema, das motivações que levam à recriação da língua em comunidade, e de que forma essa mesma comunidade pode ser percebida a partir do léxico. Por essa razão, vale aqui

imersão nas teorias referentes à natureza social da língua e arbitrariedade do signo linguístico.

Sobre o assunto, Whitney ressalta a constante adaptação da língua às necessidades de seus usuários. Para ele, a língua é imotivada em sua estrutura, ou seja, ela é arbitrária. O autor explica que nada há de interno ao sistema da língua que justifique a existência de determinadas palavras e, por isso, é arbitrária e convencional:

[...] todo vocábulo era pra nós um signo arbitrário e convencional: arbitrário, porque qualquer um dos outros milhares de vocábulos poderia ter sido tão facilmente aprendido por nós e associado com a mesma ideia; convencional, porque aquele que adquirimos teve o seu único fundamento e sanção no uso consentido da comunidade da qual fazíamos parte (WHITNEY, 1867, p. 14).

O princípio da arbitrariedade do signo tem respaldo em Ferdinand Saussure (1974, p. 79), que explicita detalhadamente princípios, conceito e características do signo linguístico. Saussure, paulatinamente, em *O Curso*, esclarece que o princípio da arbitrariedade do signo nasce de uma das dimensões do próprio signo, pontuando que o signo é uma entidade psíquica de duas faces, entre as quais o conceito e a imagem acústica, elementos que são unidos e interdependentes. Segundo essa premissa, o signo linguístico não une a coisa a uma palavra, mas une um conceito a uma imagem acústica; esta, por sua vez, corresponde à impressão psíquica do som, isto é, à sua representação, que dá o testemunho dos sentidos. Assim, chama-se de signo o resultado de conceito mais a imagem acústica.

Posteriormente, substituí os termos conceito e imagem acústica por significado e significante, termos que enfim definem melhor o signo linguístico. E, no segundo elemento, inicialmente chamado de imagem acústica e, posteriormente, de significante, mora a arbitrariedade do signo, uma vez que se trata de uma representação dos sentidos e, por isso, absolutamente convencional. “O significante é imotivado, isto é, arbitrário em relação ao significado, com o qual não tem nenhum laço natural” (SAUSSURE, 1974, p. 81). Quanto ao sentido da palavra arbitrário, alerta Saussure (1974) que não equivale à ideia de que o significado depende da livre escolha daquele que fala, pois não compete ao indivíduo trocar qualquer elemento no signo, uma vez que ele esteja estabelecido em um grupo linguístico. “Todo meio de expressão aceito numa sociedade, repousa em princípio, num hábito coletivo, ou, o que vai dar na mesma, na convenção”, afirma Saussure (1974, p. 82), complementando que a arbitrariedade do signo colabora com o ideal do procedimento semiológico.

Por fim, após essa breve revisão sobre princípios e conceitos do signo linguístico, a análise prossegue em busca da compreensão da dimensão lexical das palavras.

3.1 Sobre o léxico, a lexicalização e a gramaticalização

Em português, como em outras línguas, a estrutura interna das palavras reflete as tendências históricas da língua.

(GRAÇA RIO-TORTO, 2014, p. 31)

A análise das formas e dos sentidos das unidades lexicais revela os traços constitutivos e narra a história evolutiva da língua. O léxico do português brasileiro atual é resultante de processos históricos que o definiram. Viaro (2014, p. 60) ratifica esse pensamento pontuando que, “para entender como uma língua funciona, é preciso mesclar dados históricos com os elementos presentes da comunicação atual entre os falantes”.

Pelo fato de uma língua ser um *ato continuum*, seu estudo não poderia ocorrer de forma estanque entre o tempo e o espaço, acrescenta Hugo Schuchardt (1842-1927). O autor defende o pensamento da singularidade das palavras, que consiste no fato de que cada uma delas tem sua história. Nesse contexto, Villalva e Silvestre (2014, p. 23) assinalam a importância do léxico de uma língua, ressaltando que nesse inventário se pode verificar como as formas linguísticas são criadas, mudam de forma e de sentido, revelando o dinamismo inerente à língua, uma vez que “o conhecimento lexical que o falante possui num dado momento pode, pois, não ser idêntico ao de um momento anterior ou posterior: trata-se de um saber cumulativo e, também, degradável”.

Nesse sentido, vale aqui enveredar pelos conceitos dos termos em torno dos quais segue este estudo, como preâmbulo para a análise do *corpus* selecionado. Barreto (2012) apropria-se do conceito de léxico para referir-se a conjunto de palavras. O autor ainda define o elemento lexical como aquele que tem um sentido concreto, específico e pertence ao inventário de palavras de uma língua.

Dubois *et al.* (2004), por sua vez, trazem a distinção conceitual entre léxico, dicionário e vocabulário. Em sua concepção, *léxico* pode evocar dois tipos de obras, entre as quais, um livro contendo os termos utilizados por um autor, ciência ou técnica, ou um dicionário bilíngue reduzido à colocação em paralelo das unidades lexicais, ou seja, duas línguas confrontadas, por isso se distingue de dicionário. Os autores esclarecem que o léxico, como termo linguístico geral, refere-se ao conjunto das unidades que formam a língua de uma comunidade, atividade humana, de um locutor, etc.; relatam também que

a estatística léxica apresenta uma oposição entre léxico e vocabulário, sendo o léxico referente à língua, e o vocabulário, ao discurso; as unidades do léxico são lexemas, e as unidades do discurso são os vocábulos e as palavras (DUBOIS *et al.*, 2004).

Seguindo a análise sobre a distinção dos elementos do léxico e da gramática, Lehmann (1995 [1982], p. 6) define a gramática como “constituída por signos formados regularmente que podem ser tratados analiticamente, obedecendo a um conjunto de regras fonológicas, morfológicas e sintáticas e o léxico como constituído de signos que são formados irregularmente e tratados holisticamente”. O autor ainda assinala que,

[...] como componente sincrônico da faculdade da linguagem, o léxico abrange uma lista finita de formas (itens lexicais), e as várias possibilidades de combinação dessas formas, as quais, pertencendo ao acervo linguístico do falante, podem ser usadas em qualquer oportunidade (LEHMANN, 1995 [1982], p. 6).

Neste estudo, o léxico é entendido como o inventário de formas lexicais e gramaticais. Como explicam Brinton e Traugott (2005, p. 33), a “lexicalização refere-se à adoção de um determinado termo pelo léxico de uma língua, como uma formação usual, constitucionalizada. Nesse sentido, o léxico é entendido como o inventário de formas lexicais e gramaticais”, cuja adoção pode ser do léxico, da morfologia ou da sintaxe. Assim, conforme os autores, todas as mudanças no inventário de formas da língua, tanto oriundas de um processo de lexicalização, como as que se originam da gramaticalização, são formas adotadas pelo léxico. Os autores assinalam que, se a lexicalização refere-se à adoção de termos pelo léxico de uma língua, então todos empréstimos e processos de formação de itens lexicais, como a composição, a derivação, a elipse, entre outros tantos, poderiam também ser considerados processos de lexicalização (BRINTON; TRAUGOTT, 2005).

Lexicalização e gramaticalização abrangem ou compreendem em seu desenvolvimento também o fenômeno da semanticização. Sobre esse fenômeno, Barreto (2012) sugere que ocorre uma lexicalização por meio de transferência de sentidos, do convencional ou etimológico, para outros sentidos. O autor observa que o conceito *semanticização* recebeu essa denominação por Hopper e Traugott, que, seguindo essa compreensão, “englobaria o processo através do qual novas entidades linguísticas – quer sejam simples ou complexas, ou simplesmente novos sentidos para palavras já existentes – são convencionalizadas no nível do léxico” (BARRETO, 2012, p. 408).

Assim, a lexicalização e a gramaticalização, segundo Barreto (2012), são duas dimensões complementares de um mesmo tipo de mudança para itens lexicais ou

gramaticais; são processos semanticamente caracterizados que se servem de um conceito de hierarquia, o da abstração metafórica. Os dois processos seguem direções adversas, indo a gramaticalização pelo caminho da abstração cada vez mais acentuado; e a lexicalização, via elementos concretos, metonímicos. O autor afirma que “os processos de gramaticalização podem alimentar os processos de lexicalização” (BARRETO, 2012, p. 408).

Castilho (2004) corrobora essa análise, pontua Barreto (2012, p. 411), ao trazer uma abordagem associativa entre o léxico, o discurso, a semântica e a gramática, na qual o léxico é o centro. O autor define a língua como um “multissistema dinâmico”, tendo ao centro o léxico e à sua volta o discurso, a semântica e a gramática. E, assim, conceitua o léxico como um conjunto de propriedades abstratas, anteriores à enunciação, com base nas quais são elaborados os elementos semânticos inerentes. O discurso é dito como o “conjunto de usos linguísticos concretos”, um tipo de contrato social firmado linguisticamente.

3.2 Palavras e expressões lexicais – semântica, polissemia e sentidos conotativos

Cada língua conota diferentemente e, por isso, a maneira de ver o mundo varia de uma parte para a outra.

(JOSÉ LUIZ FIORIN, 2014, p. 41)

O termo *palavra*, em razão da falta de rigor relativa ao seu conceito e classificação, é frequentemente evitado na linguística estrutural, esclarecem Dubois *et al.* (2004). Tais reservas dizem respeito aos grafismos e ao funcionamento semântico, uma vez que uma palavra possui, em geral, diversos sentidos e noções, como qualidade ou ação, que podem ser marcados por palavras de diferentes naturezas gramaticais, como nos exemplos de *branco e brancura* (qualidade) e *salto e saltar* (ação). O autor traz também a oposição existente entre palavra e vocábulo, ressaltando que, para a estilística léxica, *palavra* é uma unidade do texto inscrita entre dois brancos gráficos; e que, para cada nova ocorrência, há uma nova palavra. Quanto a vocábulo, Dubois *et al.* (2004, p. 450) seguem esclarecendo que se trata de unidade do léxico, observando que todos os empregos da “mesma palavra” são ou devem ser reagrupados.

O presente estudo analisará palavras e expressões lexicais. Quanto ao termo *expressão*, Dubois *et al.* (2004) vêm dizer que é o aspecto concreto do sistema significante, assinalando a oposição entre expressão e conteúdo, ao relacionar conteúdo

ao significado e a expressão ao significante, uma vez que toda mensagem comporta o conteúdo e a expressão desse conteúdo. Para ficar mais claro, pode-se abordar a função expressiva da linguagem na qual a mensagem está focada no falante, cujos sentimentos são essencialmente expressos; chama-se assim “traço expressivo, um meio sintático, morfológico, prosódico, que permite colocar e enfatizar uma parte do enunciado, sugerindo uma atitude emocional do falante” (DUBOIS *et al.*, 2004, p. 258).

É interessante introduzir aqui um “parêntese” neste ponto do estudo, referente ao comportamento da língua na fala. Quanto ao assunto, Benveniste (1976) deixa claro que a enunciação é o ato de pôr em funcionamento a língua. Seu pensamento contrapõe-se ao de Saussure (1974), que considera a fala e toda parte fonativa da linguagem um fenômeno individual, uma vez que é psicofísica; em oposição à língua, que é essencialmente social, e é independente do indivíduo, abrangendo uma dimensão unicamente psíquica.

Benveniste (1976) apresenta a mediação linguística que possibilita a passagem da língua para a fala, deixando de considerar a fala como uma instância individual da liberdade e da criação, como fizera Saussure (1974). Para Benveniste (1976), o “produto da enunciação é regrado, é social”, e respondendo à pergunta de Saussure em *O curso de linguística geral*, sobre “se a fala tem alguma coisa de regular”, o autor defende que sim, criando, assim, um novo objeto para a linguística: o discurso, que é a atividade social da linguagem.

Por essa razão, faz-se necessário pontuar a importância do sentido conotativo da língua, tendo em vista apreender os traços expressivos da linguagem. Sobre o assunto, alerta Fiorin (2014) que, historicamente, todas as palavras têm sentidos originados de conotações⁷, ratificando a premissa de que todo signo é motivado. O autor exemplifica o fato citando a palavra latina *candidus*, que significa “branco brilhante” e que posteriormente *candidato* passou a significar “postulante a um cargo, honraria” porque, em Roma, os aspirantes aos cargos eletivos vestiam toga branca. “Somente percebemos, em dias atuais, o sentido conotativo das palavras acontecendo, quando aprendemos outra língua” (FIORIN, 2014, p. 41).

A importância qualitativa da polissemia tem a ver com os vários sentidos de uma palavra somados às diferentes relações possíveis de união e/ou transferências e mudanças desses sentidos, como a metáfora, a metonímia, a generalização e a especialização, diz

⁷ A conotação é a forma de uso e manifestação da linguagem em seu sentido figurado (RESENDE, 2012).

Silva (2006). Saber como os sentidos estão relacionados é, pois, a questão qualitativa da polissemia, completa o autor.

Na fase em que fora *persona non grata* entre formalistas, estruturalistas e generativistas, a polissemia teve seu papel minimizado, lembra Silva (2006). Para a Semântica Estrutural, os significados linguísticos das palavras são “entidades unitárias” e, por isso, o nível de significações, a polissemia, não existe. Autores dessa teoria defendem que uma palavra pode ser usada em uma variedade de sentidos, porém esses sentidos não pertencem ao sistema linguístico. Esse pensamento tem respaldo em Coseriu (1992), por meio de sua notável distinção entre sistema, norma e fala (discurso). O autor defende que a polissemia é fenômeno da norma e da fala, porém não do sistema, uma vez que este se constitui de significações unitárias. E esse ataque à Semântica Cognitiva teve também amparo em autores como Jakobson (1963), que propõe para cada caso uma significação global, abstrata e unitária; assim como tantos outros psicolinguistas, como Camazza e Grober (1976), filósofos como Searle (1983) e Wunderlich (1993), que defenderam que a polissemia “não passa de um efeito de elaborações conceituais e representações semânticas unitárias, monossêmicas” (SILVA, 2006, p. 27).

Rebatendo essa minimização da polissemia, Silva (2006, p. 59) traz o conceito do referido termo como “uma rede de sentidos flexíveis, adaptáveis ao contexto e abertos à mudança, e de impossível diferenciação precisa”. E, assim sendo, o autor defende a existência da polissemia em abundância, ressaltando que o “significado não é dado, mas construído no conhecimento enciclopédico e configurado em feixes de conhecimento ou domínios; não platônico, mas corporizado nos interesses e experiências dos indivíduos e das culturas” (SILVA, 2006, p. 59).

3.3 Sentidos conotativos, metáforas e metonímias

Não nos comunicamos por meio de palavras ou signos solitários. Lopes (1999, p. 279) alerta que as palavras fazem sentido compondo frases, períodos e textos sob dimensões bastante variáveis e aponta para o fato de que enunciados são mais que resultados da soma linear das palavras. Mais ainda, o autor esclarece que textos e frases vão se formando por meio de associações mnemônicas semânticas, como ocorre nos jogos de “palavra-puxa-palavra”, a exemplo da palavra *embarcação*, cujos sentidos compreendem canoa, iate, jangada, entre outras, que fazem parte do mesmo campo semântico, ou classe de sentidos, formando um paradigma semântico (LOPES, 1999). O

exemplo explica o princípio das metáforas e das metonímias ocorrendo nas formações frasais dos textos, confirmando a premissa de que toda comunicação verbal, impressa ou não, ocorre em relações sintagmáticas metafóricas e metonímicas.

Para definir metáforas, faz-se interessante reportar ao conceito apontado por Dubois *et al.* (2004, p. 411) ao esclarecer que se trata do “emprego de todo termo substituído por um outro que lhe é assimilado após a supressão das palavras que introduzem a comparação”. Para os autores, “a metáfora desempenha um grande papel na criação léxica; muitos sentidos figurados são apenas metáforas gastas”.

É na essência da polissemia, mais especificamente no âmbito conotativo da língua, que surgem a metáfora e a metonímia como processos da construção discursiva, ressalta Fiorin (2014). Jakobson (1963, p. 65-66), por sua vez, complementa essa tese ressaltando que “todos os processos simbólicos humanos, sejam eles sociais ou individuais, organizam-se metafóricamente ou metonimicamente”.

Não devemos pensar que metáfora e metonímia aparecem apenas nos gêneros poéticos. Ao contrário os gêneros da vida cotidiana estão repletos de conotações: ele é difícil de engolir, ferver de raiva, estamos num beco sem saída, ter o rei na barriga, trânsito engarrafado. Não prestamos mais atenção ao valor conotado dessas expressões (FIORIN, 2014, p. 40).

Sendo assim, a metáfora e a metonímia não são processos apenas da linguagem verbal, confirma Jakobson (1963). Todas as outras linguagens, como pintura, publicidade, entre outras, usam esses processos, assim como os signos de orientação aos usuários em locais públicos ou nas estradas (indicação de restaurantes, de banheiros etc.), que são, em geral, metonímicos. O autor esclarece ainda que “toda metonímia é ligeiramente metafórica e que toda metáfora tem um matiz metonímico” (JAKOBSON, 1963, p. 149).

A concepção tradicional de metáfora e metonímia compreendidas como elementos retóricos e figuras de estilo foi aos poucos perdendo espaço para conceitos que sugerem, para esses processos da linguagem de sentido figurado, mecanismos cogn(osc)itivos. Silva (2006) relembra que essa percepção foi uma “revolução” introduzida pelos autores G. Lakoff e M. Johnson, em *Vivemos de Metáforas (Metaphors We Live By, 1980)*, e vem encontrando adeptos em meio à Linguística Cognitiva. Nessa teoria, os autores defendem que metáfora e metonímia são modelos cognitivos, constitutivos do nosso sistema conceptual, e refletem o nosso modo natural de pensar e falar, tanto na linguagem cotidiana como no discurso científico (SILVA, 2006).

Descobrimos que a metáfora é omnipresente na linguagem do dia-a-dia e ocorre não só na linguagem, mas também no pensamento e na acção. O nosso sistema conceptual comum, em termos do qual pensamos e agimos, é essencialmente metafórico por natureza (LAKOFF; JOHNSON, 1980, p. 3).

Tendo como base os resultados acumulados no âmbito das ciências cognitivas, essa teoria defende a extinção da dicotomia entre linguagem metafórica *versus* linguagem literal. Lakoff e Johnson (1980, p. 3) defendem que “a metáfora deixa de ser entendida não mais como uma questão de linguagem apenas, mas de pensamento e razão”.

A partir de Lakoff e Johnson, metáfora e metonímia passaram a ser conhecidas como “autênticos mecanismos cogn(osc)itivos”, aponta Silva (2006, p. 110). A materialização dos processos metafóricos na linguagem ocorre pela necessidade de expressão de conceitos abstratos do dia a dia, relacionados às noções de tempo, espaço, teoria científica, relações interpessoais e à vida em geral. Geralmente, tais conceitos são verbalizados de forma metafórica: “conceptualizamos e verbalizamos o tempo em termos espaciais, a vida como uma viagem, as teorias intelectuais e científicas como edifícios, a discussão como guerra” (LAKOFF; JOHNSON, 1980, p. 98).

Metáfora e metonímia estão presentes na linguagem corrente, em expressões corriqueiras e cotidianas como: *preços altos, foi para sua última morada, custar os olhos da cara, ver/ler com outros olhos, passe-me a água por favor*. Fenômenos como categorização, mudança semântica, gramaticalização, pragmatização e polissemia resultam e/ou processam em metáfora e metonímia, esclarece Silva (2006). O autor ressalta ainda que as mesmas metáforas e metonímias podem surgir em diferentes expressões e podem distinguir-se em metáforas e metonímias convencionais, criativas ou literárias, bem como podem manifestar nas formas não verbais.

Enfim, metáfora e metonímia surgem como possibilidades de construção textual. Fiorin (2014) aponta que a repetição das mesmas ideias, por meio da repetição de palavras no mesmo período, frase ou parágrafo, pode ser considerada como um dos defeitos do texto; assim sendo, a progressão realizada via encadeamento de ideias é uma excelente opção de construção textual. Acrescentando elementos ao tema “repetição no texto”, Jakobson (1963) também sugere o encadeamento dos tópicos do texto metafórica ou metonimicamente.

Para entender referidos encadeamentos, vale reportar novamente a Jakobson (1963), às suas anotações referentes à dicotomia apresentada pela linguística saussuriana: paradigma *versus* sintagma. Os dois processos semânticos (ou mentais), relata o autor, utilizam-se dos liames da similaridade e contiguidade, respectivamente, que, por sua vez, geram as duas classes em que se dividem todas as possibilidades de mudança de

significação: a metáfora, construída sobre uma relação de similaridade; e a metonímia, sobre uma relação de contiguidade.

Metáfora e metonímia, como elementos do encadeamento do texto/discurso, surgem na Idade Média. Naquele período, os estudos linguísticos repartiam-se em três disciplinas, aponta Fiorin (2014, p. 12), sendo elas a Dialética, a Retórica e a Gramática, conhecidas como o “trivium dos medievais”; entre estas, a Retórica ficou conhecida como a “arte do dizer bem, eficazmente”. No século XIX, a Retórica vive um momento de declínio, fortemente combatida por Vitor Hugo (1973, I, 7), em um movimento conhecido como “Guerra a retórica e paz à sintaxe”. Tal embate tinha como pano de fundo um ideal de transparência, objetividade e neutralidade do discurso científico, uma vez que “a linguagem representa a realidade, e que é incompatível com o princípio da antifonia de que cada discurso corresponde a outro discurso” (FIORIN, 2014, p. 13). Assim, conforme o autor, o declínio da Retórica deveu-se a um ideal paradoxalmente contrário ao discurso literário.

Fiorin (2014, p. 33), em defesa do discurso, esclarece que “a metáfora é uma concentração semântica”. Significa dizer que um determinado termo ou vocábulo significativo, ao se formar com referência a outro significado já existente, apreende deste alguns traços que passam definir ambos, o novo e o antigo.

No eixo da extensão, ela [a metáfora] despreza uma série de traços e leva em conta apenas alguns traços comuns a dois significados que coexistem. Com isso, dá concretude a uma ideia abstrata [...], aumentando-lhe o sentido. [...] O que estabelece uma compatibilidade entre os dois sentidos é uma similaridade, ou seja, a existência de traços comuns a ambos. A metáfora é, pois, o tropo em que se estabelece uma compatibilidade predicativa por similaridade, restringindo a extensão sêmica dos elementos coexistentes e aumentando sua tonicidade (FIORIN, 2014, p. 33).

Entre metáforas e metonímias há semelhanças e distinções. Sob um olhar primário, o que as aproxima é o fato de realizarem conexões entre dois elementos linguísticos nos quais um termo é substituído por outro, seguindo o “mapeamento conceptual sistemático” de um domínio-origem para um domínio-alvo, esclarece Silva (2006, p. 119). A distinção mais conhecida entre elas recai sobre a natureza da relação associativa, sendo a metáfora por similaridade e a metonímia por contiguidade, ratifica o autor.

Quanto à distinção entre os dois processos associativos de ideias e conceitos, Lakoff e Johnson (1980) sintetizam nos seguintes termos: a metáfora envolve domínios conceituais distintos, por meio de correspondências ontológicas e espistêmicas, de modo que a estrutura de um domínio (origem) reflita no outro domínio (alvo), passando um a

ser entendido nos termos do outro. E, com referência à metonímia, os autores a concebem também como domínio conceitual no qual um subdomínio é utilizado em vez de um outro.

Sobre o tema em epígrafe, enfim, é interessante trazer a contribuição de Roudet (1921), ao dizer sobre as mudanças resultantes de associações por similaridade e contiguidade de ideias, esclarece que as associações nem sempre são reais nem linguísticas, uma vez que são resultantes de conhecimento de mundo (enciclopédico), não de conhecimentos linguísticos.

As transferências de significações por meio de metáforas e metonímias podem ocorrer por relações tradicionalmente conhecidas como similaridade e contiguidade, respectivamente, sendo que essas relações podem ser também redefinidas como similaridades figurativas e contiguidade e similaridade não figurativas, esclarece Silva (2006). Dessa forma, a metonímia pode estabelecer uma relação de contiguidade por sentido não figurado como em *escola/cidade* (por habitantes), e figurado, como, por exemplo, em *boa cabeça* (por inteligência). Porém, o autor segue pontuando que dificilmente ocorre similaridade não figurativa metafórica, o que significa dizer que não há metáfora de sentido não figurado.

As questões referentes a transferência, mapeamento, distanciamento conceptual, mudança de perspectiva são conceitos inerentes à linguagem figurada, metonímica e metafórica, diz Silva (2006), porém não parecem ser suficientes como elementos da elaboração e da interpretação da linguagem figurada. O autor cita Giora (1997, 2003), quanto ao seu ponto de vista referente à linguagem figurada, destacando sua interessante observação quanto a pouca relevância da divisão entre o sentido literal e o figurado. Segundo a autora, importa mais, nesse contexto, o *saliente e o não saliente*, sendo a saliência de uma palavra ou expressão a sua fixação e frequência de uso comum comunitário. Referida autora afirma ainda que, nesse caso, o sentido figurado é acessado e processado diretamente, sem mesmo ativar o sentido literal, e esclarece ainda que, geralmente, as expressões *salientes* são conhecidas como expressões idiomáticas.

3.4 Sinonímias – palavras intercambiáveis

Dois termos são sinônimos quando são substituíveis em determinados contextos, informa Fiorin (2014). Segundo o autor, não há sinônimos perfeitos, mas aproximações de sentidos, uma vez que seus significados mantêm uma intersecção sem se substituírem completamente ou na integralidade do sentido. Havendo sentidos idênticos, os termos

poderiam ser intercambiáveis em todos os contextos e manteriam as mesmas condições de emprego. No contexto *homem novo*, a palavra *novo* pode ser substituída por *jovem*, mas, como os significados não são idênticos, não podem ser intercambiáveis em todos os contextos; e, sendo assim, não podem ser considerados sinônimos perfeitos. Na expressão *livro novo*, não se pode substituir a palavra *novo* por *jovem*, segue esclarecendo o autor, pois se trata de situações discursivas distintas que não permitem substituir as palavras citadas. Ao tema, Lopes (1999, p. 252) traz sua colaboração afirmando que “os pares sinonímicos se correspondem porque compartilham a propriedade de designar o mesmo sentido no interior do mesmo código, mas não no interior de diferentes subcódigos dessa língua”, como no exemplo de *pé* e *pata* que designam ambos o sentido de extremidade inferior dos membros inferiores no código da língua portuguesa e, por isso, são sinônimos, porém *pé* designa “extremidade inferior dos membros inferiores” nos subcódigos relativos a seres humanos e seres animais, enquanto *pata* designa o mesmo somente no subcódigo referente aos seres animais.

Pietroforte e Lopes (2003) ressaltam também que há situações em que se podem intercambiar palavras e termos que serão sempre sinônimos imperfeitos, em razão das situações discursivas que sugerem intensidades diferentes, ou conceitos diversos, entre outros motivos, a exemplo de *adorar* e *amar*, *beato* e *religioso*, *trepar* e *fazer amor*. Porém, segundo Fiorin (2014), embora não haja sinônimos perfeitos, não significa que não haja sinônimos, lembrando que somente são sinônimos quando substituíveis no mesmo contexto sem mudança do sentido básico. Para o autor, os significados das palavras sinônimas não são idênticos, por isso nem sempre são intercambiáveis em todos os contextos.

Ainda segundo Fiorin (2014), as palavras sofrem variações e condições que as diferem no emprego discursivo. Tais variações podem ter valor social ou expressivo distintivo, como em *barbeiro* e *cabelereiro*; intensidades diferentes como em *miserável* e *pobre*; variações diatópicas (regionalismos, lusitanos, brasileirismos): *comboio/trem*; variações diastrásticas – jargões profissionais, gírias, fala infantil: *papi/pai*, *óbito/morte*; variações diafásicas – entre mais coloquiais ou mais vulgares, ou mais castiços: *passamento/morte*, *falaz/enganador*, *curtir/fruir*. O autor esclarece ainda que a sinonímia é um fenômeno próprio das línguas naturais, lembrando que, quanto mais uma dimensão humana desperta interesse para a comunidade cultural, mais produz sinônimos, a exemplo da sexualidade, do dinheiro, de bebidas, jogos etc.

Vilela (1994, p. 28), por sua vez, refere-se à classificação de sinônimas como: a) **relativa**: quando os lexemas *a* e *b* tem o mesmo valor denotativo, porém não conotativo, a exemplo de *chateado* e *aborrecido*, *rico* e *nababo*; b) **total**: quando os lexemas *a* e *b* são comutáveis em todos os contextos, como em *consoante surda/áfone*, *palavra aguda/oxítone*; c) **parcial**, na qual os lexemas são comutáveis em alguns contextos como em *chefe/patrão/boss/manda-chuva*. Vilela (1994, p. 28) cita ainda situações em que as sinônimas podem ser: a) **total e absoluta**, quando há identidade denotativa e conotativa e ainda comutabilidade entre palavras sinônimas, lembrando que esse fenômeno ocorre geralmente entre termos técnicos como *oftalmologista/médico dos olhos*; e b) **sinônima absoluta mas não total**, em que a comutabilidade ocorre somente em alguns contextos como em *começar/iniciar*, *principiante/debutante*, *estagiário/aprendiz*.

3.5 Regionalismos e variações linguísticas na composição lexical da obra

Igualmente relevante aos propósitos deste trabalho é a distinção entre o vocabulário comum de caráter geral e o de cunho regional. Nesse sentido, Isquierdo (2008, p. 5) esclarece que o primeiro

[...] é um vocabulário atualizado em praticamente todo o território onde a língua é usada, como instrumento de interação e comunicação, por falantes de diferentes classes sociais e de atividades profissionais diversificadas, enfim, é o vocabulário fundamental usado na comunicação cotidiana.

Quanto ao de cunho regional, refere-se aos regionalismos definidos pela autora como unidades lexicais cujo uso é restrito a determinadas regiões, entre as quais a maioria pratica atividades restritas ao meio rural. Isquierdo (2008, p. 5) define o léxico regional, também, como léxico cultural, caracterizando-o como “recortes que evidenciam marcas culturais e, conseqüentemente, momentos históricos que caracterizam uma sub comunidade linguística”.

Embates referentes aos conceitos do que é variante regional e de como classificar um item lexical como regionalismo são constantes no meio linguístico. Biderman (1978, p. 136) sugere a utilização do parâmetro da norma padrão⁸ para resolver a questão. Para isso, a autora sugere a definição de regionalismo segundo Boulanger (1985, p. 20):

Qualquer fato linguístico (palavra, expressão, ou seu sentido) peculiar a uma ou outra variedade regional do português falado no Brasil, exceptuando a variedade empregada no eixo linguístico Rio/São Paulo, considerada a

⁸ “Norma-padrão é a construção abstrata e idealizada de uma determinada língua, encontrada nas gramáticas tradicionais, com o objetivo de servir de referência a ‘projetos políticos de uniformização linguística’” (FARACO, 2007, p. 75).

variedade de referência, ou seja, o português brasileiro padrão, e excluindo também as outras variedades usadas em territórios lusófonos.

Acrescenta Isquerdo (2008) à discussão que essa definição de regionalismo apoia-se no critério do contraste, da oposição, uma vez que considera como regional o que difere da norma padrão. A autora destaca também a ausência de documentos, inventários e/ou dicionários de caráter regional no Brasil. Explica que, no âmbito da Lexicografia regional, dicionários, glossários e vocabulários, apesar de apresentarem recortes significativos, em sua maioria, pecam pela falta do rigor científico, cujos critérios nem sempre são confiáveis.

Os estudos das variantes do português brasileiro, segundo Isquerdo (2008), passaram por três fases: léxicos sobre o português do Brasil, estudo monográfico sobre a linguagem regional e os atlas linguísticos. Entre as três fases citadas, pode-se considerar a terceira, referente aos atlas linguísticos, como a que melhor respalda os estudos sobre “regionalismos”, uma vez são trabalhos que seguem o rigor científico da pesquisa de campo e metodologias adequadas para averiguar a linguagem efetivamente usada pelos falantes, por meio de seleção de informantes distribuídos por variáveis sociais.

Voltando aos dicionários, vale ressaltar que o tema relativo a regionalismos também nos atlas é polêmico. Esclarece Isquerdo (2008) que a origem da palavra “regional”, que é de caráter polissêmico, gera diversas interpretações. A autora ressalta que a obra lexicográfica de caráter regional traz, em sua essência, questões complexas como a definição da amplitude de um dicionário, isto é, do seu recorte lexical, na delimitação do *corpus* de referência para a seleção da nomenclatura. Alguns autores, a exemplo de Oliveira (2004, p. 251), pela simplificação da questão, sugerem a opção do dicionário geral da língua:

É fato aceito por todos os estudiosos da lexicografia atual a inclusão dos regionalismos em um dicionário geral da língua, tendo em vista que todos eles fazem parte da língua comum, embora não possuam a mesma distribuição geográfica.

Quanto aos textos literários de caráter regionalista, segundo Facioli e Olivieri (1985), compreende-se a literatura que focaliza determinada região do país, visando retratá-la, às vezes superficialmente e às vezes profundamente. Os primeiros autores do gênero não apresentaram em suas obras propriamente uma região, no sentido geográfico específico, mas intencionaram retratar o sertão em geral, esclarecem os autores. O regionalismo tem uma tradição de quase 150 anos na literatura brasileira, mas as obras do século XX são consideradas os grandes textos do regionalismo brasileiro. Para se chegar

aos grandes nomes da literatura de cunho regional, como José Lins do Rego, Graciliano Ramos, Érico Veríssimo e Guimarães Rosa, o gênero percorreu extenso caminho, cujas raízes datam do período do Romantismo, como foi o caso da obra de José de Alencar.

O aparato lexical regional brasileiro disponível aos escritores que escrevem obras com “regionalismos” pode ser considerado um tesouro cultural literário. Textos literários regionalistas oportunizam diversas análises e reflexões referentes à Lexicologia e à Lexicografia. Mais que isso, permitem, por meio do léxico, compreender as marcas de estilo do autor, em uma relação estabelecida entre campos lexicais e semânticos, e esses, por sua vez, definem toda a obra.

Ainda sobre os regionalismos, porém no âmbito da fala, cabe aqui um adendo ao assunto com o intuito de abrir novas possibilidades de percepção e facilitar a compreensão do objeto deste estudo que ora se realiza. Para isso, recorre-se às anotações de Brandão (1991, p. 10) ao referir-se a Jules Gilliéron em sua célebre frase “o segredo da língua está encerrado no falar”, ressaltando que, a partir da fala, que é individual, se tem o princípio da unidade na variedade da língua. Nesse sentido, assinala Alvar (1968, p. 30) que “nunca possuiremos a realidade de qualquer falar, porque a realidade é mutável em cada comunidade, em cada indivíduo dessa coletividade e nos momentos distintos de cada indivíduo”.

Brandão (1991, p. 10), a partir dos pensamentos dos autores acima citados, introduz a discussão em torno do tema “língua, dialeto e falar” pontuando que, para Alvar (1968), a língua é um sistema linguístico que se utiliza de uma comunidade falante, possui alto grau de nivelção e é veículo de grande tradição literária em razão de sua imposição aos próprios sistemas de origem. Com referência ao dialeto, a autora esclarece que é um sistema divergente da língua comum, viva ou desaparecida, e geralmente conta com certa limitação geográfica.

Brandão (1991) traz também a distinção entre falar regional e falar local, esclarecendo que o primeiro se refere às regiões determinadas, ou seja, apresenta peculiaridades regionais da língua comum; e a segunda, às circunscrições geográficas menores, geralmente de caráter administrativo. A autora admite ser difícil distinguir dialeto e falar, tema que também é polêmico entre muitos linguistas, principalmente quanto a critérios de cunho extralinguísticos. Há uma tendência a se considerar dialeto como qualquer variedade linguística, de modo mais amplo geográfica ou socialmente, desde que represente uma variedade falada por uma região do país, ou algum segmento da população, e que se determinem traços que o particularizam. Entre as variantes da

língua portuguesa brasileira, o dialeto caipira, bastante marcado na década de 60, na região interiorana de São Paulo, despertou interesse de estudiosos da Linguística.

Entre os estudos mais relevantes, cita-se *O dialeto caipira*, de Amadeu Amaral (1976), no qual o autor revela não só aspectos e curiosidades desse dialeto, como também detalhes do fenômeno conhecido como “caipirismo” ocorrendo em todas as manifestações da vida provinciana daquele local. Amaral (1976) também revela previamente que o referido dialeto desapareceria, contudo, não sem deixar um legado importantíssimo ao seu substituto.

O fato é que já não se fala em dialetos, mas em variantes da língua portuguesa brasileira. Classificar as infinitas variantes da língua é tarefa difícil de realizar, pontuam Millani e Silva (2017), porém os autores revelam relativa simplicidade em reconhecer traços de distinção, sobretudo, foneticamente, do que chamam de variantes caipiras ou rurais nordestinas, nortistas, sulinas, carioca, entre outras. Millani e Silva (2017) ressaltam que o que dificulta a distinção entre as variantes caipiras, subdividas por diversas vezes, são as misturas dos traços fonológicos, daí a dificuldade também em estabelecer espaços diatópicos. Em seu estudo das variantes de Goiás, no *Atlas Linguístico de Goiás – Alingo* (2015), os autores informam que o falar daquela região pode ser chamado de falar caipira sertanejo.

Relativamente à estratégia definida por Brasiliense para relatar sua obra, valem os comentários de Teles (1976, p. 91) que diz que, ao iniciar um trabalho literário, o autor define características gerais da obra pela escolha lexical:

No momento em que o escritor opta por uma palavra ou frase, está praticando, ainda que inconscientemente, uma operação estilística, pois está se desviando da linguagem comum e, ao mesmo tempo, procurando imprimir nela a sua marca, a sua particular maneira de exprimi-la.

Teles (1976) afirma ainda que, quando a seleção lexical é intencional, mais que apresentar um traço do estilo, o texto cumpre também um papel maior que é o de comunicar ou narrar uma história e, assim, amplia sua função, da linguística pura e simplesmente para uma função retórica, a função poética. Evidentemente, não há como falar em marcas de estilo do autor sem buscar respaldo em Bakhtin (1998), quando este trata das marcas enunciativas que levam ao estilo individual. O filósofo russo esclarece que todo estilo está indissolúvelmente ligado ao enunciado e às formas típicas de enunciados, ou seja, aos gêneros do discurso:

Todo enunciado - oral e escrito, primário e secundário e também em qualquer campo da comunicação discursiva - é individual, e por isso deve refletir a individualidade do falantes (ou de quem escreve), isto é, pode ter estilo

individual [...] os diferentes gêneros são diferentes possibilidades para a expressão da individualidade da linguagem através de diferentes aspectos da individualidade (BAKHTIN, 1998, p. 265).

Caretta (2013) pontua que a escolha lexical é delimitada pelo gênero e que a situação enunciativa e, conseqüentemente, os gêneros são determinantes para as escolhas linguísticas. Em Bakhtin (1998, p. 285), tem-se o respaldo para tais afirmativas, pois o autor pontua que o falante aprende a moldar sua fala pelas formas do gênero e, “ao ouvir a fala do outro, sabemos logo, desde as primeiras palavras, descobrir seu gênero, adivinhar seu volume, a estrutura composicional usada, prever o final, em outras palavras, desde o início somos sensíveis ao todo discursivo”.

A escolha lexical, entretanto, tem algumas limitações, esclarece Caretta (2013). A autora é categórica ao afirmar que os falantes de uma língua podem livremente escolher as palavras que desejam para expressar suas ideias e sentimentos, porém essas escolhas são limitadas pelas circunstâncias de seu uso. Nesse sentido, Lapa (1959, p. 8) realça que as palavras se distinguem “pela sua força expressiva, suscitando as imagens das coisas a que se referem. Essa imagem, entretanto, pode se diferenciar de indivíduo para indivíduo, uma vez que cada um pode apreender na palavra o aspecto pessoal que particularmente lhe interessa”.

As palavras lexicais⁹, segundo Martins (1997, p. 77), “despertam em nossa mente uma representação, seja de seres, seja de ações, seja de qualidades de seres ou modos de ações, pelo fato de terem significação extralinguística”. Por essa razão, este estudo opta por investigar a teia lexical de uma obra literária, a fim de observar de que forma as unidades lexicais participam esteticamente da construção temática do referido texto. A Lexicologia e a Lexicografia aqui oportunizam a compreensão sobre o estilo do autor com maior precisão a partir das relações estabelecidas entre os campos lexicais e semânticos, por meio da comparação de contextos imediatos de determinadas palavras e expressões lexicalizadas, assim como pelo intenso uso dos processos metafóricos e metonímicos presentes na composição lexical da obra.

⁹ Palavra lexical faz referência ao léxico, ao vocabulário. É o aspecto lexical da palavra.

4 ANÁLISE SEMÂNTICO-LEXICAL DA TRAMA

4.1 Estrutura composicional e marcas de estilo na produção literária *Rio Turuna*

Em *Rio Turuna*, Eli Brasiense desenvolve sua narrativa alternando termos da linguagem padrão com palavras do léxico popular, ou da variante linguística classificada por Milani *et al.* (2015) como *falar sertanejo caipira*, um falar regional ou interiorano. Com esse procedimento estilístico, Brasiense busca tornar a trama o mais próximo possível da realidade retratada. A alternância é intensa e contínua, apontando uma estratégia direcionada a atrair o leitor para aquilo que representa uma realidade que reflete o seu cotidiano e conhecimento prévio de mundo.

Percebe-se nesses pontos da trama a ocorrência de metaplasmos que surgem com o intuito de reproduzir a fala local. Conforme lembra Fiorin (2014), os metaplasmos são mudanças fônicas que as palavras sofrem no tempo, mas, na prática cotidiana, caracterizam algumas variedades linguísticas, uma vez que não são iguais em todos os falares e ocorrem além do nível fônico, mais especificamente nas palavras, que criam vocábulos variantes uns dos outros.

Os excertos a seguir evidenciam essa alternância entre a língua padrão e os regionalismos vocabulares.

Essa aragem, inconstante como o voo de um beija-flor, amenizava um pouco a temperatura **borchonal** da localidade (BRASILIANSE, 1964, p. 15, grifo nosso).

Aos pares começavam a dispersar-se, porque ouviram a conversa dos intrusos. O encarregado do botequim olhava **atarantado** a cara dos dois desmancha prazeres [...] Hortêncio **percebera** aquela manobra e **dirigia-se** ao músico [...] (BRASILIANSE, 1964, p. 22, grifos nossos).

Nos dois excertos acima, o autor-narrador usa termos e vocábulos da língua portuguesa brasileira padrão, chegando a um nível mais formal da língua.

[o] antigo piloto dos pesados botes, que iam até Belém do Pará, muitas vezes contavam um **ror de histórias**, onde o real era esfarinhado pelo fantástico (BRASILIANSE, 1964, p. 15, grifo nosso).

[é] como **tou** te dizendo, menino! Êste rio é cabra doido que mata só gente afoita. **Eu cá** não tenho medo d'ê não! (BRASILIANSE, 1964, p. 15, grifo nosso).

As palavras grifadas *ror* e *tou*, nos excertos anteriores, correspondem a um metaplasmo por subtração dos vocábulos “horror” e “estou”. Fiorin (2014) define ou classifica tal metaplasmo como uma figura de retórica conhecida como aférese, ou supressão do som inicial de uma palavra. Ao proceder com essa estratégia, o autor buscou retratar a fala do personagem o mais fiel possível ao contexto de uso deste.

[o] finado Altino teimou, nunca mais ninguém deu notícia dele. **Sorveteu** que nem fumaça (BRASILIENSE, 1964, p. 17, grifo nosso).

Sorveter é um verbo sinônimo do verbo *sumir*. A palavra tão pouco utilizada pode ser considerada bastante formal e, por isso, contrasta com o linguajar dos personagens da trama que retratam os ribeirinhos sertanejos.

[v]ocês, gente nova, não entende este rio. Entende nada. Eu conheço êle **né dooooojeee** [...] (BRASILIENSE, 1964, p. 19, grifo nosso)

No caso do excerto acima, ao contrário, ocorre acréscimo da vogal [o] sugerindo o jeito de falar caipira local, ao que Fiorin (2014) chama de epêntese, isto é, aumento ou intercalação do som no meio da palavra.

Muitas vezes, na obra em análise, os termos regionais ou “matutos”, ou mesmo interioranos, são postos para representar a fala dos personagens, porém também se veem as mesmas palavras “matutas” sendo usadas na fala do próprio narrador.

Ainda aplicando o modo de falar matuto, o autor apresenta o que se poderia chamar de neologismos regionais por meio de aglutinações, justaposições, prosopopeias e onomatopeias, entre outras possibilidades estilísticas de uso e alterações de palavras e expressões populares. As variantes linguísticas são utilizadas com a intenção de o autor dar concretude à identidade dos personagens, no caso específico da trama em questão, para identificar o perfil matuto, interiorano, como se vê nos excertos abaixo.

-Marcelino desceu o tutano nele sem dó. Engraçado é que aquele sujeito tinha fama de valente. **Dis-que** já matou não sei quantos.

-Morada de valente é tapera...

- Sabe que me contaram que Manoel do Funil rapou a cabeça da enteada dele foi por causa de uma latinha de brilhantina que ela tirou da bodega?

- Mas **dis-que** foi por causa de piolho, Raimundo (BRASILIENSE, 1964, p. 34, grifos nossos).

- Eu devia ter ido lá – continuara o homem – e matado aquele corno sem-vergonha. Nem que a gente morresse também atracado mais êle, trançando a faca, mas pensei na minha gente. Nessa situação de **déu em déu...**

- Já **tu** vingada, pai (BRASILIENSE, 1964, p. 71, grifos nossos).

[c]orpo de gente que morre afogado a gente acha. Tu sabe como? A gente bota uma vela acesa, vela benta, dentro de uma cuia grande e solta onde a pessoa afundou. Ela **dá praqui, dá pracolá**, revira e mexe e vai parar direitinho onde tá o cadáver engarranchado, ou boiando no remanso (BRASILIENSE, 1964, p. 18, grifo nosso).

Outro fato instigante percebido na obra é a instanciação de características físicas e psicológicas dos personagens, inspiradas ou similar às dos moradores da região retratada, uma vez que os “causos” contados sugerem um autor onisciente, narrando suas memórias a partir do exílio. Tal fato pode ser comprovado pela toponímia da região retratada que é tal qual a da cidade (Porto Nacional), que inspira a construção da narrativa, como se lê a seguir:

A meninada estava que nem um cardume de piabas no **Porto da Manga**, que era uma espécie de garganta formada por altos lajedos, indo desembocar numa pequena praia, onde se encostavam barcos menores (BRASILIENSE, 1964, p. 37, grifo nosso).

Esse local chamava-se Porto da Manga e realmente era como descrito pelo autor na obra literária fictícia. Deixou de existir com a formação do lago, no ano de 2002, após fechamento das comportas da UHE Antônio Carlos Magalhães, na região de Lajeado, a 60 km de Palmas, hoje capital do estado do Tocantins. São reais também as referências a lugares identificados a seguir:

Eles haviam passado muito bem a **cachoeira Carreira Comprida**, pelo canal do Carmo, maior que o da Rapôsa. Esqueceram-se, porém, de manobrar a balsa em distância suficiente para ela encostasse em qualquer porto da cidade, já com a rua da Baixa ameaçada de alagamento (BRASILIENSE, 1964, p. 44, grifo nosso).

De tudo o que fizera na mocidade sobrara-lhe uma casucha na **Rua da cadeia**, com dois cochicholos, onde os anos se desmontavam sem pressa, desgastando-lhe as energias (BRASILIENSE, 1964, p. 99, grifo nosso).

O marco principal era a **Rua Grande**. Ninguém a chamava de rua Sete de Setembro, nome que a batizara a Intendência Municipal. Ela se entortava depois que de cruzar a **rua das flores**, até terminar no largo onde se erguia a **Igreja Nossa Senhora das Mercês** (BRASILIENSE, 1964, p. 153, grifos nossos).

Do lado de cá era uma turma dirigida pelos chefetes da **Rua do Cabaçal**. Muitos a apelidavam de **Rua do Caba-saco**. Os adversários eram chefiados por grandalhões das ruas São José, quinze de Novembro, Rua do Capim, do **Pau-d’oleo** e **da Baixa**. Marcelino e os companheiros obedeciam á orientação da Rua do Cabaçal, cujo nome verdadeiro era **Rua Coronel Pinheiro** (BRASILIENSE, 1964, p. 153, grifos nossos).

Todas essas denominações locais são reais, segundo a toponímia atual da cidade de Porto Nacional. O autor segue tecendo a narrativa, mesclando a ficção com realidade, fato que instiga a curiosidade do leitor, podendo-se considerar essa estratégia como técnica da escrita literária, além de expressar as marcas do estilo autoral.

Também ainda por estratégia do autor, os personagens são inspirados nas características ou nos adjetivos tributários ao rio (Turuna). Tais personagens ganham importância e *status* social de acordo com sua relação com o mesmo rio:

O major Antônio Pinheiro, a arrastar os chinelos e a segurar as calças, que não queriam firmar-se no ventre em forma de cuia e onde, àquela hora, já haviam se acomodado bons pedaços de frango refogado em molho pardo, saíra à rua meio afobado. **A alta patente da Guarda Nacional se colocara entre os dois briguentos, o suor a escorrer-lhe do rosto autoritário.**

Este obtivera permissão para ficar ali com seus soldados por algumas horas apenas, porque mandara dar palmatórias em duas mulheres pobres, com colher de pau por ninharia. As mãos delas incharam como bolos de arroz. Era raro o portuense que não tinha uma ou duas carabinas a um canto da casa. O major Antônio Pinheiro tinha sua meia dúzia de armas também. O delegado de Polícia era seu afilhado, além **disso a força moral do velho era respeitada em toda a cidade.** Intendente Municipal por duas vezes agora era presidente da Irmandade do Santíssimo e tesoureiro do Cofre das Almas (BRASILIANSE, 1964, p. 62, grifos nossos).

Aqui no Pôrto, afirmava ele – quem despachava bote era coronel, quem soltava batelão era major, mas aquele que não tinha canoa, a não ser fazendeiro grande do seco, não chegava a vintém. Era peixe miúdo ... Isto era nos bons tempos da Guarda Nacional quanto as altas patentes eram compradas pelos vaidosos mandachuvvas das cidades do interior. Às margens do Tocantins havia muitos capitães, majores, tenentes-coronéis e coronéis que não sabiam como manejar uma espada, nem fazer continência direito, e cujos filhos eram logo chamados de capitãozinho. A maioria dos postos eram dados de acordo com as embarcações ou fazendas que possuíam (BRASILIANSE, 1964, 1945, p. 81).

O rio assume importantes papéis na trama, como já referido acima, assumindo inclusive dupla personalidade, ora é personagem (tem vida), ora é o próprio narrador, testemunha ocular onisciente¹⁰, pois tudo presenciou, presencia, assim como participa ativamente de todos os fatos ocorridos e contados. Para dar vida ao rio, o autor utiliza figuras de linguagem como a prosopopeia e o faz de forma abundante. Do início ao final da trama, o rio segue ativamente participante e envolvente.

Fiorin (2014, p. 50) respalda a estratégia adotada por Brasiliense afirmando que a personificação contribui para intensificar o sentido. Afirma ainda que um autor, ao usar a artimanha dessa figura de linguagem, conseguirá estabelecer uma espécie de “alargamento do alcance semântico de termos designativos de entes abstratos e concretos

¹⁰ Aquele que tem saber absoluto, pleno, que tem conhecimento infinito sobre todas as coisas.

não humanos atribuindo-lhes traços próprios dos seres humanos”. A estratégia literária consiste em selecionar um sentido e fazer circundar os termos em torno dele. No caso de *Rio Turuna*, o autor escolheu a concentração semântica na humanização do rio, que é a própria natureza, viva, porém não humana:

Ao alto da barranca de Pôrto Real ficava um possante cruzeiro de aroeira. O rio parecia respeitar-lhe o direito de ficar ali. Apesar da fúria de suas investidas no tempo das chuvas, não passava dali (BRASILIANSE, 1964, p. 36).

O homem da margem do Tocantins havia de ser de aço, cabra capaz de matar onça canguçu com zagaia, de enfrentar sucuri grande como Manoel Bacaba, de retalhar desaforado no facão, que nem seu vizinho Miguel. Era preciso desafiar o rio, montar-lhe no lombo e amansá-lo, como se dominava um poldro chucro. Do contrário seria desmoralizado e jogado para os gerais, onde permaneceria sempre como um extraviado, um cisco atirado pelas enchentes. Transformar-se-ia num catador de abóboras no monturo dos boqueirões (BRASILIANSE, 1964, p. 36).

Todos homens de coragem poderiam cavalgar o Tocantins, que não era propriedade de ninguém, era estrada livre até o mar [...]

O homem forte, nascido e criado ali, mesmo de aparência franzina, navegava o rio brincando, porque se acostumara com sua brabeza desde menino. Alguns visitantes da cidade, gente criada no sêco, acostumada com aguinha de latas, não tinha coragem de chegar no barranco, para olhar a fundura azul do rio (BRASILIANSE, 1964, p. 36).

Os portuenses que não tinham mêdo do Tocantins hora nenhuma, iam dar um bom mergulho em Pôrto Real, antes de deitar-se, quando havia luar (BRASILIANSE, 1964, p. 36).

Vê-se, nos trechos selecionados, claramente, um rio personificado e humanizado, conforme conceitos selecionados pelo autor.

4.2 Relações de sentido entre a unidade lexical Turuna e o rio Tocantins

Turuna, segundo Houaiss (2003), é um adjetivo de dois gêneros, um termo regionalista; vocábulo indígena que significa poderoso, ágil, forte, bravo, valente. O dicionário Aurélio (2004), por sua vez, conceitua *Turuna* como substantivo masculino de origem tupi que significa “negro poderoso”. Pova (2002, p. 362), em seu *Dicionário tocantinense de termos e expressões afins*, colabora com a análise desse termo ao informar que se trata de um adjetivo que remete à qualidade do boi que, mesmo após castrado, conserva o garbo e o aspecto de touro.

O boletim cultural e memorialístico *Sabores e saberes*, de São Tiago MG, traz na sessão *Curiosidades da nossa linguagem*, sobre termos e expressões regionalistas. Nele

o vocábulo *Turuna* é expresso como forte, valentão, maludo, impostor. Traz também o sentido de pessoa “gabarola”, que apresenta o que não é. Quanto ao sentido etnológico, esclarece o que é uma palavra de origem tupi (*tyr'una*), com o sentido de “valente”, “forte”, “capaz de tudo”; e no sentido original, significa “cano, monte ou qualquer objeto grande, de cor escura”. Cita também o referido boletim que o folclorista Cornélio Pires (ALR, p. 182) apresenta a palavra *Turuna* com o sentido de “invencível”, como no exemplo: “Oia aqui, moço, você é mesmo *turuna* nesse jogo de pau”.

Entre os significados de *Turuna*, encontram-se também, no dicionário informal do *site* de buscas Google, as possibilidades do termo como adjetivo de dois gêneros e substantivo de dois gêneros (indivíduo *turuna*), significando valente, destemido ou valentão. Nesse caso, o termo “valentão” remete a “um fracote metido a valente”.

Embora a unidade lexical seja também abordada em sentido oposto, conforme necessidade de utilização pelo autor, como citado acima, no romance aqui analisado, Brasiliense utiliza diversas possibilidades da palavra *Turuna* e sua sinonímia, sempre no sentido de valentia e bravura. A começar pela escolha do título da obra, *Rio Turuna*, Brasiliense realiza sua primeira construção metafórica de várias de que lançará mão durante toda a narrativa.

Tocantins, o verdadeiro nome do rio em epígrafe, e sobre o qual a história é narrada, é um termo também indígena, do tupi *tukan* (tucano) + *tin* (nariz), ou bico de tucano, em referência ao encontro dos rios Araguaia e Tocantins, que tem um formato curvo que lembra o bico da ave. A região também é chamada de “Bico do Papagaio” e pertence ao estado que também recebeu o nome de Tocantins, em razão do rio, que, por sua vez, é personagem do romance *Rio Turuna*. Eli Brasiliense transfere para as páginas do livro recortes de sua memória de criança, realizando um misto de ficção e realidade. A trama é entretida como uma teia de palavras que, paulatinamente, envolvem o leitor, por meio dos jogos de elementos linguísticos que transportam sentido à narrativa.

O rio-personagem, *Tocantins*, é renomeado em um processo metafórico e ocupa o título da obra como *Turuna*. As características do relevo local fazem desse rio, como bem explica Flores (2009), um rio caudaloso e profundo. Sua enorme extensão o faz percorrer vales entre planaltos e planícies, fazendo dele um rio forte, grandioso, como contam historiadores e escritores.

Com aproximadamente 2.400 km de extensão, o rio Tocantins é o segundo maior curso d'água 100% brasileiro, ficando atrás somente dos cerca de 2.800 km do rio São Francisco, segundo dados do *site* de pesquisas virtuais *Escola Britânica*, por isso sua

importância para a região central do Brasil. É um rio navegável por um vasto trecho de mais de 1.000 km, porém, por ocasião da abertura da rodovia Belém-Brasília, em 1960, a navegação fluvial entrou em declínio. Dada sua extensão, atravessa os estados do Tocantins, do Maranhão e tem sua foz no Pará perto da capital Belém.

Em seu longo percurso de 2.400 km, o rio Tocantins segue entre planícies e planaltos até desembocar no Oceano Atlântico. Nesse trajeto, serpenteia entre diversos tipos de solo e vegetação, como Cerrado, matas subtropicais e veredas alagadiças. O rio propicia à fauna e à flora características específicas, assim como também colabora para a ocupação humana, às suas margens, pelos chamados povos ribeirinhos, cuja cultura e identidade são construídas e imbricadas em tudo que o rio oferece. Flores (2009) esclarece que o rio possibilita modos de vida que devem ser percebidos em suas particularidades, pois é um rio de múltiplas características. A autora afirma que “são muitos rios em um só”. O rio Tocantins segue por trechos entre altos e baixos relevos, e suas marcas distintas são “a alternância entre, corredeiras e estirões, cachoeiras e pedregais que lhe conferem a dignidade dos gigantes”, descreve Flores (2009, p. 10).

Os percursos navegáveis são dificultados pelas corredeiras próximas à cidade de Porto Nacional. Antes da criação do lago da usina hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães, em 2002, o rio era intransponível em razão da proximidade com o trecho conhecido como Carreira Comprida, citado no romance *Rio Turuna*, composto por diversas pequenas ilhas circundadas por corredeiras e cascatas; tal é a força das águas nesse trecho que os pescadores locais o batizaram como “garganta do inferno”.

Flores (2009) acrescenta fatos sobre a importância dos índios na construção da história de nascimento do rio Tocantins, um rio que, desde sua denominação, traz e sua essência a cultura indígena, suas fantasias e riquezas tão diversificadas entre o lendário e o mítico. Mesmo com a intervenção também do homem branco, o rio foi impregnado no imaginário popular e personificado entre o bem e o mal, o bom e o ruim, o alegre e o triste; alicerçou-se ali, às suas margens, uma sociedade que se serviu do rio e acabou por elaborar seu perfil identitário sempre dual, entre o imaginário lendário e o mítico; um homem influenciado pelo rio, ora corajoso ora medroso, ora perigoso e agitado, ora manso e calmo.

A sociedade ribeirinha também seguiu por longos anos retirando do rio sua cultura e sua subsistência e até mesmo sua moradia. O rio Tocantins por diversas vezes foi contemplado em textos literários, com descrições mais poéticas e metafóricas, porém não menos importante para compreensão de sua importância no imaginário popular e no

cotidiano das pessoas da região, declara Flores (2009). Entre os autores que inseriram o rio Tocantins como temática e/ou personagem, além de Eli Brasiense no romance ora analisado, estão Gilson Cavalcante em suas poesias, por meio do livro, *Poemas da margem esquerda do rio de dentro* (2002); bem como o cientista Johann Emanuel Pohl, viajante estrangeiro, que percorreu o rio Tocantins em 1819 e, “em meio às dificuldades da viagem, não se cansava de citar o rio como soberbo, majestoso, entre outras expressões”, relata Flores (2009, p. 12).

O rio que dá nome à trama é esse rio de longa extensão, caudaloso e profundo, que, pelos desafios e obstáculos enfrentados em seu percurso, é reconhecido por Brasiense como *turuna*. Assim, o autor realiza as primeiras das diversas metáforas sequenciais no texto, cuja seleção lexical é criteriosamente definida segundo objetivos da trama, como se lê nos trechos abaixo:

Este pedaço do rio é todo de mansidão mentirosa, menino! O Tocantins é rio macho, rio turuna meio amalucado. Mata caboclo forte só pra dizer que tem mais força (BRASILIANSE, 1964, p. 37).

Todos os homens de coragem poderiam cavalgar o Tocantins, que não era propriedade de ninguém, era estrada livre até o mar. Isto mesmo, Simão! O rio turuna era um poldro brabo, de lombo liso, que chotava nos travessões e disparava nas cachoeiras, bufando e pinoteando, sem freio que o aguentasse. Chicoteado pelas luvas grossas, subia o barranco de uma noite para o dia, pegava gente de surpresa, levava casas e desmanchava roças. Desmoronava ribanceiras em corrida louca, a escavar a terra fôfa, onde esgaravatava as raízes mais fundas. Escoceiava as árvores de encontro às perambeiras, espatifando-as. Depois chupava bastante ar pela bôca dos funis, para bufar com estrondo no estouro dos rebojos (BRASILIANSE, 1964, p. 36).

Vê-se no excerto que o rio é bravo e que os ribeirinhos que dele se servem são desafiados a ser como o rio. Há na construção literária também o intenso uso da prosopopeia, uma vez que o rio é “vivo” e metaforicamente é um “poldro brabo”, isto é, forte como o poldro indomável. Lê-se um rio turuna e também um rio definido sob um leque de diversos sinônimos do termo *turuna*. Nos dois parágrafos apresentados, o rio é uma “mansidão mentirosa”, é “poldro-brabo de lombo liso”, é “macho”, é “maluco”.

Desde o início da história contada, percebem-se os adjetivos definindo o rio e os personagens. Essa estrutura composicional marca o estilo do autor, assim como atende ao objetivo de tornar a obra instigante ao leitor. O léxico regional apresenta-se em um jogo da construção literária por meio de sinonímias, envolvendo metáforas e prosopopeias abundantemente, figuras pelas quais os conceitos do vocábulo *turuna* perpassam por toda

história e vão dando o tom, o conceito, o estilo e a beleza da obra, como se vê nos excertos abaixo:

Depois veio um silêncio que dava medo. Marcelino não ouvia mais o barulho da cachoeira, cujos estrondos teriam talvez sido desviados pelo vento. **A água estaria dormindo** aquela hora? (BRASILIENSE, 1964, p. 30, grifo nosso).

O Tocantins **é rio macho** mesmo, **rio turuna, mata caboclo forte** só pra dizer que tem mais força... (BRASILIENSE, 1964, p. 43, grifos nossos).

Era preciso **desafiar o rio, montar-lhe no lombo e amansá-lo**, como se dominava um poldro chucro [...] Todos homens de coragem poderiam cavalgar o Tocantins, que não era propriedade de ninguém, era estrada livre até o mar (BRASILIENSE, 1964, p. 36, grifo nosso).

Nos excertos selecionados, percebe-se claramente um rio vivo, um ser “animado” no sentido de “ter alma”, de ser humano, portanto, instancia-se aí a prosopopeia em pleno e constante funcionamento; vê-se também, no segundo excerto, a metáfora efetivando-se em três níveis analíticos: como substantivo (rio turuna), adjetivo (rio macho) e verbo (um rio que mata caboclo forte).

4.3 A sinonímia nas metáforas: palavras e expressões lexicalizadas na narrativa

Fiorin (2014) define polissemia como uma rede de sentidos flexíveis, adaptáveis ao contexto e abertos à mudança e de impossível diferenciação precisa. A polissemia pode ser percebida de forma abundante no campo semântico que cerca o vocábulo *turuna*, fato que propiciou o intenso jogo de palavras que constrói a narrativa da obra. Para esta análise, foram selecionadas algumas palavras e expressões lexicalizadas referentes ao campo semântico *turuna*. A seleção se deu com o objetivo de apontar as diversas possibilidades de utilização sinonímica no jogo semântico e a estratégia metafórica em ação, com base nas escolhas lexicais realizadas pelo autor.

As palavras e as expressões selecionadas remetem aos sentidos referentes a “força”, “coragem” e “bravura”, que definem o rio e também os ribeirinhos personagens da trama. O Quadro 1 apresenta as palavras pelo campo semântico respectivo, entre as mais utilizadas pelo autor na trama, segundo objetivos pré-definidos para narrar a trama.

Quadro 1 – Termos analisados entre os conceitos e as expressões que definem o rio e os personagens principais na trama.

FORÇA	CORAGEM	BRAVURA
Turuna	Brabeza	Poldro brabo
Caboco forte	Tira-prosa	Rio macho
Homem de aço	Maluco	Cabra macho
		Adoidado

Fonte: a autora (2021).

Observa-se que o autor realiza uma comparação abreviada sempre que cita a bravura do rio e dos personagens na sequência da história, revelando características de um sobre o outro, mais precisamente imputando aos personagens os conceitos que descrevem o rio:

O homem da margem do Tocantins havia de ser de aço, cabra capaz de matar onça canguçu com zagaia, de enfrentar sucuri grande como Manoel Bacaba, de retalhar um desaforado no facão, que nem meu vizinho Miguel. Era preciso desafiar o rio, montar-lhe no lombo e amansá-lo, como se domina um poldro chucro. Do contrário seria desmoralizado e jogado para os gerais, onde permaneceria sempre como um extraviado, um cisco atirado pelas enchentes (BRASILIANSE, 1964, p. 36).

Nas sequências analisadas, as frases e os períodos são construídos metafórica e sinonimicamente, ou seja, o autor utiliza diversas palavras cujos significados repetem-se sequenciados em sinônimos, a fim de definir o rio ou o personagem no discurso, reforçando o conceito que quer exprimir, dando ênfase, colocando os sentidos em relevo. As sinonímias apresentadas são parciais, em sua maioria, pois são intercambiáveis somente no contexto exposto, isto é, apresentam o mesmo sentido na realidade retratada, como se veem nas fichas lexicográficas a seguir.

a) Fichas lexicográficas de palavras lexicalizadas

No exemplo abaixo (Ficha 1), a metáfora se instancia em uma relação de sentidos, ocorrendo por meio da comparação abreviada do substantivo próprio Tocantins com palavras sinônimas do campo semântico do vocábulo *turuna*, que expressam valentia e bravura.

Ficha 1 – Turuna

O Tocantins é rio **macho**, rio **turuna** meio amalucado (BRASILIANSE, 1964, p. 36, linha 12, grifos nossos)

Quadro 2 – Ficha 1: Turuna

<p>Ficha 1: Turuna</p> <p>Registro em dicionários:</p> <p>Houaiss (2003): TURUNA - adjetivo de dois gêneros. Regionalismo: Brasil. Uso: informal.</p> <p>1- ágil, forte, capaz de tudo</p> <p>2- valente, destemido ou valentão</p> <p>Povoa (2002): TURUNA (adj.) - qualidade do boi que, mesmo após castrado, conserva o garbo e o aspecto de touro.</p> <p>Aurélio (2004): TURUNA [Do tupi = [“Negro poderoso”] - Substantivo masculino Bras. Pop.</p> <p>1- forte, poderoso</p> <p>2- V. Valentão</p> <p>Bariani Ortêncio (1983): 1- Forte, garboso, valente. 2- ótimo, muito bom (ex.: ... aí gente, a coisa vai sê turuna!”).</p>

Fonte: a autora (2021).

Ficha 2 – Macho

O Tocantins é rio **macho**, rio turuna meio amalucado (BRASILIENSE, 1964, p. 36, linha 12, grifo nosso)

No excerto acima, o autor utiliza *turuna* como adjetivo, comparando a força do rio com força e virilidade masculinas de forma abreviada, por similaridade. Nesse caso, em se tratando de um contexto interiorano e regional, há uma familiaridade contextual relativa aos conceitos empregados àqueles que enfrentam a realidade matuta. O rio é forte, é macho, como o são os ribeirinhos locais, assim sendo, os campos semânticos das palavras que conceituam força são entrelaçados possibilitando o uso da sinonímia.

Quadro 3 – Ficha 2: Macho

<p>Ficha 2: Macho</p> <p>Registro em dicionários:</p> <p>Houaiss (2003): adjetivo:</p> <p>1- relativo a ou próprio do sexo masculino; masculino</p> <p>2- com características próprias do homem, como energia, força, virilidade; másculo</p> <p>Povoa (2002): adjetivo: relativo ao sexo masculino; próprio do sexo masculino; que apresenta características próprias do homem, como força, energia e virilidade; másculo.</p>

*Diz-se de certos animais e plantas que têm o mesmo nome para ambos os sexos, distinguindo-se assim daquelas denominadas fêmeas.

Aurélio (2004): Subst. masculino: animal do sexo masculino; homem; v. valentão; dobradura de pano em pregas; Macha; colchete para vestuários, decoração etc.; instrumento para concavar a madeira; molde de barro empregado nas peças ocas; *Tec* – peça de formato cônico ou cilíndrico, provida de um orifício, e que gira no interior do corpo de certas válvulas, possibilitando a interrupção rápida do fluxo de fluido; *ant.* grilhão; *chulo* – Amante, amásio. **Adjetivo:** Masculino; diz-se de certos animais que têm o mesmo nome para ambos os sexos; *pop* – Forte, robusto, másculo; *Bras.* V. valentão

Bariani Ortêncio (1983): Valente, peitudo; (ex.: *Mané era negro macho, era cabra mais ruim do que uma boicininga das velhas*).

Fonte: a autora (2021).

Ficha 3 – Adoidado

Não o Tocantins não era rio mau. Era rio turuna, meio **adoidado**, como dizia o velho Simão. Marcelino estava certo de que era o rio mais bonito do mundo [...] (BRASILIANSE, 1964, p. 66, grifo nosso).

É como tou te dizendo, menino! Êste rio é **cabra doido** que mata só gente afoita. Eu cá não tenho medo dêle não, já brigamos muito, e êle nunca desmoralizou gente como eu e o compadre Zeca Pilôto, que Deus o tenha! (BRASILIANSE, 1964, p. 66, grifo nosso).

O termo *adoidado* instancia-se no exemplo como adjetivo, embora seja bastante utilizado como advérbio. Observa-se, nas construções metafóricas do texto, a utilização de mais de um adjetivo para definir rio e personagens. A técnica marca o estilo do autor, caracterizando a sinonímia, acentuando e reforçando os conceitos que deseja empregar, enquanto os repete por meio das palavras sinônimas.

Quadro 4 – Ficha 3: Adoidado

Ficha 3: Adoidado

Registro em dicionários:

Houaiss (2003): *sem registro

Michaellis (2011): adjetivo:

1- Que é doido ou apresenta comportamento de doido; abilolado, amalucado.

2- Que não tem juízo ou prudência; desatinado, estouvado.

Adverbo coloquial: Em grande quantidade, a rodo.

Povoa (2002): * sem registro

Aurélio (2004): Adjetivo v. amalucado

[a+ doido+ ado]

Dicio (Dicionário online de Português): Adoidado - adjetivo: Que se comporta ou tende a ser maluco; que é doido; amalucado. Que age de maneira inconsequente; que se comporta sem reflexão; estouvado; que é agitado; que não para quieto; desvairado; **advérbio:** De maneira intensa; em excesso ou demasia: ele come adoidado; Etimologia: (origem da palavra *adoidado*). A + doido + ado.

Bariani Ortêncio (1983): Adoidado - Com muita vivacidade; com grande intensidade. (ex.: o meu disco está vendendo adoidado”; “irritados e mal orientados aplicam muitas adoidadas e irresponsavelmente e praticam as mais grotescas arbitrariedades sem que os motoristas tenham direito a qualquer defesa”.

Fonte: a autora (2021).

Ficha 4 – Brabeza

O homem forte, nascido e criado ali, mesmo de aparência franzina, navegava o rio brincando, porque se acostumara com sua **brabeza** desde menino (BRASILIANSE, 1964, p. 36, grifo nosso).

Aqui o autor compara a força do ribeirinho à força do rio, que, por sua vez, tem a força do boi criado solto no mato (definição encontrada em alguns dicionários). Mais uma vez a sinonímia faz sentido pelo contexto em que se dá. Há um deslizamento de sentidos na construção textual, de forma intensa e abundante, tecendo uma história contada por meio do jogo de palavras, das designações e das significações que colaboram para atrair a atenção do leitor.

Quadro 5 – Ficha 4: Brabeza

Ficha 4: Brabeza
<p>Registro em dicionários:</p> <p>Houaiss (2003): <i>substantivo feminino</i> 1- m.q. braveza (no sentido de ‘ferocidade’) 2- animal que se cria à solta nos matos <ir pegar b. no sertão> <i>adjetivo de dois gêneros e dois números infrm.</i> 3- criado solto no sertão <boi, cavalos brabeza></p> <p>Povoa (2002): - 1. manada de gado bravo (O gado da fazenda Bonina era manso, mas havia umas brabezas nos lados da serra que não vinham de jeito nenhum ao curral). 2. animal bravo, que não vai ao curral. Existe uma reza, denominada “Reza contra rês brava”, que é pronunciada quando se quer atravessar um local onde existe brabeza:</p> <p>Aurélio (2004): Subst. Feminino (Bras.Cabo Verde, Guiné) [brabo+eza] 1. v. braveza Adjetivo de dois gêneros e dois números:</p>

2. Feroz, selvagem

* *“Pois é: o menino saiu com o copinho dele para o pai encher de leite, e tinha um marruco brabeza do sertão que ninguém num lembrava” (Bernardo Élis, Veranico de Janeiro, p. 22)*

Michaellis (2011): sf Coloquial : 1 braveza.

2 Animal criado à solta no mato.

Bariani Ortêncio (1983): Brabeza – Bravez. Gado criado à solta, sem “custeio”, que faz com que se torne feroz.

Fonte: a autora (2021).

b) Fichas: expressões lexicalizadas

Ficha 5 – “Cabra-macho”

A maioria das expressões não foi encontrada nos dicionários pesquisados. Trata-se de expressões idiomáticas regionalizadas na obra literária. Como a própria palavra diz, a expressão é carregada mesmo de expressividade, de significação, é a forma mais próxima de expressão dos sentimentos dos falantes, de maneira coloquial.

Nos excertos abaixo, vê-se a metáfora ocorrendo por meio de uma sinonímia parcial uma vez que os sentidos referem-se ao mesmo conceito somente em alguns contextos específicos. Nessa junção de termos carregados de expressividade, tem-se o vocábulo “macho” e a expressão “cabra-macho” designando valentia em algumas regiões do Brasil, porém o conceito foi mais encontrado, em registros de dicionários, para definir masculinidade, força e virilidade.

O Tocantins é **rio macho** mesmo, rio turuna, mata caboclo forte só para dizer que tem mais força (BRASILIENSE, 1964, p. 43, linha 20, grifo nosso).

O início da decadência dos botes fôra a chegada de uma lancha a vapor, cujo apito fanhoso começou a espantar as assombrações do Tocantins. Simão não considerava aquilo invenção de gente.

Essas porcarias vão acabar com os **cabra-macho** da beirada do Tocantins... (BRASILIENSE, 1964, p. 45, grifo nosso).

Quadro 6 – Ficha 5: “Cabra-macho”

<p>Ficha 5: “Cabra-macho”</p> <p>Registro em dicionários:</p> <p>Houaiss (2003): “cabra-macho” substantivo masculino <i>Regionalismo: Brasil. Uso: informal.</i> Indivíduo corajoso, decidido, valente; cabra da peste, cabra-onça, cabra-seco, cabra-topetudo</p> <p>Povoa (2002): Cabra (s.) - 1. sujeito; indivíduo (Nunca vi cabra mais ordinário do que aquele). 2. jagunço (Lampião foi morto em Angicos com quase todos os seus cabras). <i>“O homem da margem do Tocantins havia de ser de aço, cabra capaz de matar onça canguçu com zagaia, de enfrentar sucuri grande como Manoel Bacaba, de retalhar desaforado no facão, que nem seu vizinho Miguel.”</i> (BRASILIENSE, 1945, p. 36, linha 17, grifo nosso)</p> <p>Houaiss (2003): Macho = adjetivo 1- relativo ao próprio do sexo masculino; masculino 2- com características próprias do homem, como energia, força, virilidade; másculo.</p> <p>Bariani Ortêncio (1983): Expressão sem registro</p> <p>Aurélio (2004): Macho = adj. relativo ao próprio do sexo masculino; masculino *Expressão sem registro</p>
--

Fonte: a autora (2021).

Ficha 6 – “Poldro brabo”

O rio turuna era um **poldro brabo**, de lombo liso, que chotava nos travessões e disparava nas cachoeiras, bufando e pinoteando, sem freio que o aguentasse. (BRASILIENSE, 1964, p. 36, linha 28, grifo nosso)

Também, nesse exemplo, a metáfora se dá no contexto dado pela trama. É significativo, faz sentido para aqueles que compartilham da mesma realidade. Trata-se novamente da sinonímia parcial comutando em um cotidiano interiorano e campestre. O autor compara a força do rio à força do animal, transferindo ao rio as características do poldro irritadiço, indomável e galopante.

Quadro 7 – Ficha 6: “Poldro-brabo”

<p>Ficha 6: “Poldro-brabo”</p> <p>Registro em dicionários:</p> <p>Houaiss (2003): <i>substantivo masculino</i></p> <p>a) Poldro = cavalo novo; potro</p> <p>b) Brabo = adjetivo</p> <p>1 m.q. bravo (no sentido de 'feroz', 'danado', 'irritadiço', 'severo', 'tempestuoso', 'agreste', 'denso', 'forte', 'de difícil cicatrização')</p> <p>2 que não sente temor, que não teme perigos; destemido</p> <p>3 que tende a se envolver em rixas; brigão, exaltado</p> <p>Povoa (2002): Brabo (adj.) - bravo.</p> <p>Bariani Ortêncio (1983): Brabo 1- Declive forte; 2- diz-se do ponto de apoio muito forte, mal ajustado; 3- pessoa de índole dada a valentia.</p> <p>Aurélio (2004): <i>substantivo masculino</i> Poldro = cavalo novo; potro</p> <p>* Expressão não dicionarizada</p>

Fonte: a autora (2021).

Ficha 7 – “Caboclo forte”

Mata **caboclo forte** só pra dizer que tem mais força (BRASILIENSE, 1964, p. 36, grifo nosso).

No excerto, não se apresenta a metáfora em funcionamento pleno, porém detecta-se a disputa de forças entre o rio e os ribeirinhos, permeada na história do início ao fim. O termo instancia-se como substantivo masculino referente a índio, ou pessoa matuta; como também se refere ao sujeito de grande força física. Assim, o autor segue utilizando a sinonímia parcial, comutando termos significantes ao contexto sertanejo caipira.

Quadro 8 – Ficha 7: “Caboclo forte”

<p>Ficha 7: “Caboclo forte”</p> <p>Registros em dicionários:</p> <p>Houaiss (2003): substantivo masculino</p> <p>1 indivíduo nascido de índia e branco (ou vice-versa), fisicamente caracterizado por ter pele morena ou levemente avermelhada e cabelos negros e lisos.</p> <p>2 m.q. curiboca.</p> <p>3 denominação atribuída a selvagem brasileiro que tinha contato com os colonizadores</p> <p>4 qualquer mestiço de índio; tapuio</p> <p>5 indivíduo (esp. habitante do sertão) com ascendência de índio e branco, que o estereótipo costuma descrever como desconfiado e retraído</p> <p>5.1 caipira, roceiro, matuto.</p>
--

Povoa (2002): (a) Caboclo (s.) = índio, independentemente de nação ou grupo; descendente de índio; caboco; compadre; tapuio.
b - Caboco (s.) - V. caboclo.

Bariani Ortêncio (1983): expressão sem registro

Aurélio (2004):

Forte = adjetivo de dois gêneros

1 que tem grande força física e/ou orgânica; cujos músculos são bem desenvolvidos, robusto, vigoroso

* **Expressão não dicionarizada**

Fonte: a autora (2021).

Ficha 8 – “Tira-prosa”

Tu bem sabe que o Tocantins é rio **tira-prosa**... (BRASILIANSE, 1964, p. 15, grifo nosso).

A expressão idiomática em epígrafe ultrapassa o significado literal, implicando uma leitura contextual. É interessante analisar o sentido do termo “prosa”, em separado, que significa “valentia falsa”, “conversa fiada”, ou atitude de alguém que conta mentiras. Então a expressão no sentido literal, no contexto literário proposto, designa o “ato” do rio que questiona a bravura dos que o desafiam. A expressão, além de carregada de sentidos conotativos, é apresentada em um deslizamento metafórico, expressando a bravura de um rio cheio de obstáculos, que exige força e coragem daqueles que o “enfrentam”, portanto, um rio desafiador que, segundo a percepção dos ribeirinhos, é por isso “tira-prosa” dos contadores de vantagem.

Quadro 9 – Ficha 8: “Tira-prosa”

Ficha 8: “Tira-prosa”

Registros em dicionários:

Houaiss (2003): *adjetivo de dois gêneros*

- 1 que revela perfeição; perfeito
- adjetivo e substantivo de dois gêneros
- 2 diz-se de ou indivíduo valentão

Povoa (2002): *Expressão sem registro

PROSA (s.) - 1. conversa (*O compadre Miligido tem uma prosa muito boa*).

2. desaforo (*Quando eu encontrar com aquele moleque, vou enchê-lo de prosa*). 3. (adj) - fanfarrão; que conta vantagens sobre o que faz ou o que diz ter feito (*Esse Benedito é muito prosa e vive apregoando que ele foi o responsável pela verba que chegou*).

Bariani Ortêncio (1983): * Expressão sem registro

PROSA: 1- conversa fiada; 2- valentia falsa; 3- pessoa que conversa muito, conta muita prosa. Ex.: “Só tinha prosa – basófia, papo, conversa fiada.” (C. Tavares, Glos. CFF-EC-B. T. França)

Aurélio (2004): * Expressão sem registro

Fonte: a autora (2021).

As palavras e as expressões lexicais selecionadas pelo autor e apresentadas nas fichas lexicográficas serviram como uma breve sinopse da estratégia utilizada no jogo de palavras apresentado em toda trama. O grupo semântico de referidos termos remetem, sem exceção, à bravura e à valentia do homem ribeirinho. Percebe-se também, ao analisar as fichas, supostamente, uma crítica velada à valorização do papel masculino em detrimento do feminino, no recorte temporal da história, dado o excessivo uso de substantivos, verbos e adjetivos voltados ao universo masculino.

5 CONCLUSÃO

O presente estudo intencionou a compreensão da construção textual literária de um romance de características regionalistas, com a finalidade de desvendar o sutil e o instigante jogo de combinações de palavras e seus sentidos. Infere-se, ao final de toda a análise, que, assim como os aspectos contextuais interferem na semântica dos significantes, as construções sintagmáticas também, muitas vezes, adquirem significados diferentes no contexto, conforme intenção do autor.

Na construção das frases em que se designam o *Rio* e qualificam os personagens, como no exemplo *O Tocantins é rio macho, rio turuna meio amalucado*, ser macho é sinônimo de masculinidade e de bravura, como também há deslizamento de sentidos, em uma teia que parece conduzir a um retorno constante aos mesmos espaços do dizer. O discurso em torno do objeto no mundo empírico *Rio* é parafrástico. Dizem-se diferentes dizeres, mas com um retorno ao mesmo espaço do dizer: *Turuna*.

Turuna, bravo, valente, macho são adjetivos com os quais se chega ao objeto no mundo empírico *Rio*. São formas de alcançar esse objeto no mundo. Há uma série de significados/conceitos em torno dos quais o significante/objeto no mundo empírico *Rio* orbita.

Analisar uma palavra é perceber tanto a sua singularidade quanto as suas possibilidades semânticas em sua relação com o todo. Atingir a compreensão de funcionamento do processo utilizado, segundo a liberdade criativa do autor, em um primeiro momento, foi como desvendar um intrigado quebra-cabeças que aos poucos se revelou, evidenciando a lógica interna do aparato lexical utilizado, bem como suas motivações semânticas no processo de definição e aplicação de um conceito, e, na obra em questão, por meio de um vocábulo e seu leque de variações de sentido.

O estudo mostrou as várias possibilidades de reunião de sentidos referentes ao mesmo vocábulo, distribuídos em tantas outras combinações frasais, com o intuito de reforçar o conceito central *Turuna*, que permeia toda trama. Verificou-se ainda que há expressões que são dicionarizadas, mas não são utilizadas no dia a dia; outras expressões refletem o momento histórico, a cultura, mas não são dicionarizadas; outras até que são utilizadas e conhecidas na atualidade, entretanto não foram registradas em dicionários. A maioria das expressões apontadas precisam ser contextualizadas na trama, porém não conseguem ser esclarecidas apenas ali, pois necessitam dos elementos extralinguísticos para a composição do sentido.

Conclui-se que as expressões e as palavras lexicalizadas presentes em *Rio Turuna* são peculiares a uma região, época, povo e cultura, assim como são expressões que representam um período marcado pelo sofrimento e pelas contradições referentes aos conceitos de ética e justiça, marcado também pela necessidade de usar e mostrar a força física em detrimento do intelecto, uma vez que prevalecia, naquele período da história, de forma menos velada, a demarcação tanto de espaços físicos quanto psicológicos pela força física, pela coragem e pela determinação dos habitantes locais.

A análise semântica realizada por meio da Lexicografia trouxe à baila o leque de possibilidades geradas pela polissemia dos signos e a enriquecedora sinonímia acontecendo em plena trama, em meio a diálogos e demais construções da narrativa.

Assim, a composição lexical cumpriu seu papel de contar uma história marcadamente regionalista, uma vez que fez emergir características atitudinais dos povos da região dos sertões brasileiros e principalmente o modo de falar aqui entendido, por meio dos autores consultados, como o falar sertanejo caipira.

Enfim, percebeu-se, em toda narrativa, a criteriosa seleção lexical contribuindo decisivamente para a elaboração de um enredo instigante e curioso e intencionalmente pré-definido segundo o estilo literário do autor em pauta.

A presente pesquisa bibliográfica ratificou a importância da seleção lexical para construção de um enredo literário, caracterização do gênero, definição de estilo autoral, enfim de toda marcação conceitual da obra, por meio da estrutura composicional.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, N. A. de. **Presença literária de Eli Brasileira**. Goiânia: UCG, 1985.
- AMARAL, A. **O dialeto caipira**. São Paulo: Hucitec, 1976.
- ANTUNES, I. **O território das palavras: estudo do léxico em sala de aula**. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.
- BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- BALLY, C. **Traité de stylistique française**. 3. ed. Paris: Klincksieck, 1961.
- BARRETO, T. Lexicalização e gramaticalização: processos independentes ou complementares. *In: LOBO, T. (org.). Rosae: linguística histórica, história das línguas e outras histórias* [online]. Salvador: EDUFBA, 2012.
- BASÍLIO, M. **Teoria lexical**. São Paulo: Ática, 2002.
- BENVENISTE, É. **Problemas de linguística geral I**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.
- BIDERMAN, M. T. C. **A estruturação mental do léxico**. São Paulo: TA Queiroz Editor/EDUSP, 1981.
- BIDERMAN, M. T. C. **Teoria linguística: teoria lexical e linguística computacional**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1978.
- BLIKSTEIN, I. C. **Hermógenes: motivação versus arbitrariedade do signo linguístico**. Estudos de Filologia e Linguística (em homenagem a Isaac Nicolau Salum). São Paulo: TA Queiroz Editor/EDUSP, 1981.
- BRAIT, B. A construção do sentido: um exemplo fotográfico persuasivo. **Língua e Literatura**, n. 21, p. 19-27, 1994/1995.
- BRANDÃO, S. F. **A geografia linguística no Brasil**. São Paulo: Ática, 1991.
- BRASILIANSE, E. **Pium**. 4. ed. Goiânia: Livraria Editora Cultura Goiana, 1985.
- BRASILIANSE, E. **Rio Turuna**. Goiânia: UFG, 1964.
- BRINTON, L. J.; TRAUGOTT, E. C. **Lexicalization and language change**. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.
- BRITANNICA. **Encyclopaedia. Encyclopaedia Britannica Inc**. 2015.
- CABRERA, J. C. Moreno. On the relationships between grammaticalization and lexicalization. **The limits of grammaticalization**, p. 211-227, 1998.

- CAMPOS, F. I. **Coronelismo em Goiás**. Goiânia: Vieira, 2003.
- CARETTA, E. de A. C. Escolhas lexicais: a caracterização de personagens femininas no discurso literário. **Linha D'Água**, v. 26, n. 1, p. 15-28, 2013.
- CASCUDO, L. da C. **Dicionário do folclore brasileiro**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1999.
- CASTILHO, A. T. de. História do português paulista. **Série Estudos**, v. 1, 2009.
- CASTILHO, A. T. de. Reflexões sobre a teoria da gramaticalização. Contribuição ao debate sobre gramaticalização no contexto do PHPB. *In*: DIETRICH, W.; NOLL, V. (org.). **O português do Brasil**: perspectivas da pesquisa atual. Frankfurt am Main/Madrid: Vervuert/Iberoamericana, 2004. p. 203-230.
- CHIARADIA, C. **Dicionário de palavras brasileiras de origem indígena**. São Paulo: Limiar, 2000.
- COSERIU, E. **Competencia lingüística**: elementos de la teoría del hablar. Madrid: Editorial Gredos, 1992.
- CRUZ, A. *et al.* **ALINGO**: atlas lingüístico de Goiás: léxico-fonético. Rio de Janeiro: Barra Livros, 2015.
- CUNHA, A. G. **Dicionário etimológico da língua portuguesa**. 4. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2013.
- DOURADO, B. B. **Educação no Tocantins**: ginásio estadual de Porto Nacional. 2010. 321 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2010.
- DUBOIS, J. *et al.* **Dicionário de Linguística**. São Paulo: Cultrix, 2004.
- ESTEVAM, L. **O tempo da transformação**: estrutura e dinâmica da formação econômica de Goiás. Goiânia: Ed. do Autor, 1998.
- FACIOLI, V.; OLIVIERI, A. C. **Antologia de poesia brasileira**: Romantismo. São Paulo: Ática, 1985.
- FARACO, C. A. Norma culta brasileira: desatando alguns nós. São Paulo: Parábola Editorial, 2008. **Web Revista SOCIODIALETO**, v. 9, n. 25, p. 589-612, 2019.
- FERREIRA, A. B. O. **Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. Curitiba: Positivo, 2004.
- FERREIRA, J. P.; FAIMAL, S.; CORREA FILHO, V. **Enciclopédia dos municípios brasileiros**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1958.
- FIORIN, J. L. **Figuras de retórica**. São Paulo: Contexto, 2014.

- FLORES, K. M. **Caminhos que andam**: o rio Tocantins e a navegação fluvial nos sertões do Brasil. Goiânia: Universidade Católica de Goiás, 2009.
- GODINHO, D. **História de Porto Nacional**. Porto Nacional: [s. n.], 1988.
- GONÇALVES, Â. J. **Lexicologia e ensino do léxico**. Brasília: Thesaurus editora, 1977.
- GONZALEZ, M. O senso comum de informação: questões oportunas. **Logeion: Filosofia da Informação**, v. 1, n. 2, p. 69-93, 2015.
- HOPPER, P. **The limits of grammaticalization**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1998.
- HOUAISS, A.; DE SALLES VILLAR, M.; DE MELLO FRANCO, F. M. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2003.
- IBGE. **Censo demográfico**: características gerais da população e instrução – Tocantins. Brasília: IBGE, 1991.
- ISQUERDO, A. N. Normas lexicais no português do Brasil e desafios para a lexicografia brasileira. **Atas do XI Simpósio Nacional de Letras e Linguística e I Simpósio Internacional de Letras e Linguística**. Uberlândia, 2006.
- ISQUERDO, A. N. Normas lexicais no português do Brasil e desafios para a lexicografia brasileira. *In*: MAGALHÃES, J. S.; TRAVAGLIA, L. C. (org.). **Múltiplas perspectivas em Linguística**. Uberlândia: EDUFU, 2008. p. 447-458.
- JAKOBSON, R. Essais de linguistique générale. **Cité à la**, v. 9, 1963.
- JARDIM, A.; SAMPAIO, J. C. de C.; GALHARDO, I. O letramento literário: a literatura escolarizada. **Dialogia**, São Paulo, n. 32, p. 307-320, maio/ago. 2019.
- LABOV, W. Estágios na aquisição do inglês standard. *In*: FONSECA, M. S. V.; NEVES, M. F. (org.). **Sociolinguística**. Rio de Janeiro: Eldorado, 1974. p. 49-86.
- LAKOFF, G.; JOHNSON, M. **Metaphors we live by**. Londres: University of Chicago Press, 1980.
- LAPA, M. R. **Estilística da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1959.
- LEHMANN, C. **Thoughts on grammaticalization**: a programmatic sketch. Arbeiten des Kölmer Universalien – Projekts 48. Cologne: Universität zu Köln, Institut für Sprachwissenschaft, 1982.
- LOPES, A. C.; RIO-TORTO, G. **Semântica**. Lisboa: Caminho, 2007.
- LOPES, E. **Fundamentos da linguística contemporânea**. São Paulo: Cultrix, 1999.
- MARRA, D. Cerrado e vereda: designação, sentido e mudança semântica. **Linha D'Água**, v. 33, n. 1, p. 105-127, 25 mar. 2020.

MARRA, D.; MILANI, S. E. Reflexões acerca da noção de língua como uma instituição social em William D. Whitney. **Cadernos do IL**, n. 46, p. 129-147, 2013.

MARTINET, A. *et al.* **Conceitos fundamentais da linguística**. Lisboa: Presença, 1976.

MARTINS, N. **Introdução à Estilística**: a expressividade na língua portuguesa. São Paulo: T.A. Queirós/EDUSP, 1997.

MAYA, A. L. **Reminiscências sociais portuenses**. Goiânia: GEV, 2003.

MEILLET, A. Comment le Mots Chagent de Sens. *In*: MEILLET, A. (ed.). **Linguistique Historique et Linguistique Générale**. Paris: Librairie Ancienne Honoré Champion, 1905-1906. p. 230-271.

MICHAELIS. **Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa**. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues>.

MILANI, S. E. *et al.* **Alingo**: Atlas Linguístico de Goiás: léxico-fonético. Rio de Janeiro: Barra Livros, 2015.

MILANI, S. E.; SILVA, D. M. da. Fatos fonéticos e fonológicos constatados na pesquisa do Atlas Linguístico de Goiás - ALINGO. De volta ao futuro da língua portuguesa. **Atas do V SIMELP - Simpósio Mundial de Estudos de Língua Portuguesa**, p. 589-606, 2017.

MONTENEGRO, M. A. de P. Linguagem e conhecimento no Crátilo de Platão. **Kriterion**: revista de filosofia, v. 48, n. 116, p. 367-377, 2007.

NEVES, M. H. de M. **A gramática**: história, teoria e análise, ensino. São Paulo: Unesp, 2002.

OLIVEIRA, M. de F. Um Porto no sertão: cultura e cotidiano em Porto Nacional – 1880 a 1910. *In*: GIRALDIN, O. (org.). **A (trans)formação histórica do Tocantins**. Goiânia: UFG, 2004.

ORTÊNCIO, W. B. **Dicionário do Brasil Central**: subsídios à filologia: linguagem, usos e costumes, folclore, toponímia dos municípios goianos. São Paulo: Ática, 1983.

PALACIN, L. **O século do ouro em Goiás**. Goiânia: Oriente, 1979.

PEDREIRA NETA, A. C. **Sítio arqueológico e histórico de Pontal**: educação patrimonial e perspectiva de valorização do patrimônio cultural de Porto Nacional - TO. 2005. 128 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão do Patrimônio Cultural) – Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2005.

PIETROFORTE, A. V. S.; LOPES, I. C. A semântica lexical. **Introdução à linguística**, v. 4, p. 111-135, 2003.

PLATÃO. **Diálogos**: Teeteto – Crátilo. Belém: Universidade Federal do Pará, 1973.

- POHL, J. E. **Viagem no interior do Brasil empreendida nos anos de 1817 a 1821**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1951.
- POVOA, J. L. **Dicionário tocantinense de termos e expressões afins**. Goiânia: Ed. do Autor, 2002.
- RIBEIRO, B. B. D.; MUTA, A. P. N.; SILVA, E. **Coronelismo no extremo norte de Goiás: o Padre João e as três revoluções de Boa Vista**. São Paulo: Edições Loyola, 1990.
- RIBEIRO, B. B. D.; MUTA, A. P. N.; SILVA, E. **Memórias de professores portuenses (1940-1980)**. Porto Nacional: Pote, 2007.
- RIO-TORTO, G. Desafios em morfologia. História e (re)conhecimento. *In*: VIARO, M. E. (org.). **Morfologia histórica**. São Paulo: Cortez, 2014. p. 31-57.
- RODRIGUES, E. de S. **Terra de coronéis**. Porto Nacional: Alternativa Gráfica e Editora, 2006.
- SAPIR, E. Língua e ambiente. *In*: SAPIR, E. **Linguística como ciência**. Tradução Joaquim Mattoso Câmara Júnior. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1969. p. 43-62.
- SAUSSURE, F. **Curso de linguística geral**. São Paulo: Cultrix, 1974.
- SERRA, L. H. A neologia literária no universo poético de Ferreira Gullar: uma leitura de neologismos. **Revista do GELNE**, v. 20, n. 1, 2018.
- SILVA, A. S. da. **O mundo dos sentidos em português**. Polissemia, semântica e cognição. Coimbra: Almedina, 2006.
- TELES, G. M. **Drummond: a estilística da repetição**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1976.
- ULLMANN, S. **Semântica**. Uma introdução à ciência do significado. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1977.
- VENDRYES, J. **Le langage**. Albin Michel, 1979.
- VIARO, M. E. (org.). **Morfologia histórica**. São Paulo: Cortez, 2014.
- VILELA, M. **Estudos de Lexicologia do português**. Coimbra: Almedina, 1994.
- VILLALVA, A.; SILVESTRE, J. P. **Introdução ao estudo do léxico**. Descrição e análise do português. Petrópolis: Vozes, 2014.
- WHITNEY, W. D. Language and the Study of Language. *In*: SILVERSTEIN, M. (ed.). **Whitney on Language: selected writings of William Dwight Whitney**. Cambridge, Massachusetts & London: The MIT Press, 1971.

WHITNEY, W. D. **Language and the Study of Language**: Twelve Lectures on the Principles of Linguistic Science. London: N. Trubnek & Co., Ludgate Hill, 1884 [1867].